

Propostas – Modelo ITA

Redação

Professora Celina Gil

Sumário

Propostas	3
Proposta I.....	3
Proposta II.....	6
Proposta III.....	8
Proposta IV	9
Proposta V	13
Proposta VI	17
Proposta VII	18
Proposta VIII	20
Proposta IX.....	22
Proposta X.....	24
Proposta XI.....	27
Proposta XII.....	28
Proposta XIII.....	31
Proposta XIV	33
Proposta XV	35
Proposta XVI	37
Proposta XVII	39
Proposta XVIII	40
Proposta XIX	42
Proposta XX	43
Proposta XXI	45
Proposta XXII	47
Proposta XXIII	48
Proposta XXIV	50
Proposta XXV	52
Proposta XXVI	54
Proposta XXVII	56
Proposta XXVIII	58
Proposta XXIX	60
Proposta XXX	61
Proposta XXXI	62
Proposta XXXII	64
Proposta XXXIII	66
Considerações finais	69



Propostas

Proposta I

Texto I

Ciência deve ser feita com responsabilidade, sem “inflar” resultados

Marketing enganoso arranha credibilidade e aumenta confusão ao definir se notícias são falsas ou verdadeiras

A apresentação de resultados científicos com exageros sobre sua importância e suas implicações, visando a obter exposição midiática, é comentada pelo físico Paulo Nussenzveig na coluna Ciência e Cientistas. “Vivemos numa era “hiperconectada”, em que boa parte da população obtém suas informações através de redes sociais, onde a proliferação de notícias falsas tem alcance inédito. Cientistas estão diante de desafios contraditórios”, aponta. “Por um lado, devemos aumentar a divulgação dos nossos trabalhos, estabelecendo maior contato com a sociedade que, afinal, financia boa parte das nossas pesquisas. Por outro, é preciso fazê-lo com responsabilidade, sem ‘inflar’ resultados, sem fazer marketing enganoso, que arranha nossa credibilidade e aumenta a confusão na hora de definir se notícias são falsas ou verdadeiras.”

“Não sei quem é o autor desse lema da divulgação científica, que sempre procuro seguir à risca: ‘É preciso dizer a verdade, nada além da verdade, mas não necessariamente toda a verdade’”, afirma o físico. “Afinal, pesquisas científicas contêm vários aspectos extremamente técnicos e sofisticados, incompreensíveis para pessoas sem a formação especializada requerida.”

“Hoje, quero ressaltar uma frase atribuída a Francesco Maria Grimaldi, um padre italiano que viveu no século 17 e demonstrou o fenômeno de difração da luz: ‘Não conhecemos a natureza da luz e o uso de belas palavras sem significado é uma impostura’”, afirma Nussenzveig. “O uso de belas palavras desperta a imaginação das pessoas e chama atenção para aquilo que se deseja comunicar. Mas, especialmente quando usadas por cientistas, as belas palavras precisam ter significado.”

Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/ciencia-deve-ser-feita-com-responsabilidade-sem-inflar-resultados/>>
Acesso em 13 fev. 2020.

Texto II

Divulgação científica e responsabilidade

Por Fábio Reynol, de Campinas

Agência FAPESP – A informação científica não deve servir para ameaçar ou para agradar o cidadão, antes de tudo deve torná-lo responsável pela ciência que seu país produz. A afirmação, de Miguel Angel Quintanilla, diretor do Instituto de Estudos da Ciência e da Tecnologia (Ecyt, na sigla em espanhol) da Universidade de Salamanca, Espanha, foi feita no 1º Foro Iberoamericano de Divulgação e Comunicação Científica, realizado de 23 a 25 de novembro na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Quintanilla apresentou os dois principais modelos teóricos utilizados para estudar a divulgação científica, “Déficit Cognitivo” e “Contextual”, e por fim mostrou a sua proposta batizada de “Perspectiva Cívica” por se basear nos princípios de cidadania.

O modelo de Déficit Cognitivo pressupõe uma sociedade dividida entre especialistas e leigos. Os primeiros detêm o conhecimento científico e os demais necessitam dessa informação especial. Segundo Quintanilla, trata-se de um modelo pragmático que preconiza que a sociedade deve conhecer a ciência a fim de apoiá-la.

Para o pesquisador, o modelo de Déficit é o responsável por distorções na comunicação da ciência. “Perguntas como: ‘o acelerador de partículas LHC pode gerar um buraco negro e engolir o planeta?’ não tem a ver com ciência e são fruto da divulgação científica que tem sido feita”, disse.

Segundo ele, o uso de metáforas inadequadas por publicações jornalísticas são causas desses desvios. Como exemplo, citou a expressão “a partícula de Deus”, que um periódico espanhol utilizou ao se referir ao LHC.

Já o modelo Contextual, pelo qual a informação sobre ciência deve apresentar os contextos social, econômico e político no qual a atividade científica está inserida, também traz problemas, de acordo com o professor espanhol. Ao apontar possíveis redes de interesses por trás de cada pesquisa, o modelo estimula um ceticismo exacerbado e propicia visões conspiratórias da ciência.

Como exemplo, citou o tema “alimentos transgênicos”, que suscitaria reações contrárias de pessoas que associam qualquer discurso favorável a técnicas de manipulação genética aos interesses de grandes corporações internacionais.

A proposta de Quintanilla é o modelo de Perspectiva Cívica, o qual tem por finalidade fortalecer a prática da cidadania ao suscitar no indivíduo a responsabilidade pela ciência que é produzida em seu país. Para tanto, é necessário que se conheçam as características intrínsecas da atividade científica e se saiba como esse tipo de conhecimento é produzido.

Como as outras duas teorias, essa proposição também tem problemas, como o efeito chamado “ciência na vitrine”, no qual ela é tratada como mercadoria de luxo a ser vendida pelas regras do mercado. Para Quintanilla, o conhecimento científico é um luxo, mas que deve ser colocado ao alcance de todos. “Devemos difundir, não vender esse conhecimento aos moldes do marketing”, afirmou.

Diferentemente do modelo de Déficit, que apresenta a informação científica como uma cascata que vem dos pontos mais altos (os cientistas) para atingir os vales (os leigos), a Perspectiva Cívica ensina a divulgação horizontal da ciência por meio da difusão por publicações jornalísticas, clubes de ciência, museus e escolas, entre outros. Para isso, a ciência tem que ser passada como uma ilustração da realidade que não deve ser deformada, mas representá-la de modo fiel.

“A ciência não contém todos os elementos da realidade, mas, assim como um mapa de uma cidade, reproduz com fidelidade alguns aspectos dessa realidade. Nós, divulgadores da ciência, devemos ser capazes de fazer bons mapas do conhecimento científico”, disse.

Disponível em: < <http://agencia.fapesp.br/divulgacao-cientifica-e-responsabilidade/11401/>> Acesso em 13 fev. 2020.



Texto III

O que é bioética

Definições não faltam para o termo, mas um resumo de todas seria: bioética, do grego bios (vida) + ethos (ética), é a ética da vida ou ética prática, isto é, um campo de estudo inter, multi e transdisciplinar que engloba a biologia, a medicina, a filosofia, o direito, as ciências exatas, as ciências políticas e o meio ambiente. Com foco em discutir questões, a área tenta encontrar a melhor forma de resolver casos e dilemas que surgiram com o avanço da biotecnologia, da genética e dos próprios valores e direitos humanos, prezando sempre a conduta humana e levando em consideração toda a diversidade moral que há e todas as áreas do conhecimento que, de alguma forma, têm implicações em nosso dia a dia.

Exemplos de casos que envolvem bioética são as polêmicas em torno do aborto, do transplante de órgãos, dos transgênicos, do uso de animais e humanos em experimentos, do uso de células-tronco, da eutanásia, do suicídio, da fertilização in vitro, entre outras.

(...)

Mas não é só nos meios científico e hospitalar que a bioética existe. Ela está presente também em nosso cotidiano e no meio ambiente, em todas as relações humanas, no respeito à autonomia das pessoas, ou até no modo como consumimos e usufruímos dos recursos naturais, o lugar onde dispensamos o nosso lixo e como fazemos esse descarte.

Nesse aspecto ambiental, a bioética pode promover uma reflexão que busque um modelo sustentável que respeite e tenha responsabilidade por todos os seres vivos. Com isso, ela pode ser uma importante aliada para a análise do atual modelo de desenvolvimento, de forma a permitir a sustentabilidade para a atual e para as futuras gerações.

Disponível em: <<https://www.ecycle.com.br/3669-bioetica.html>> Acesso em 13 fev. 2020.

Texto IV

Modificação genética em mosquitos é alternativa para combate à dengue

Pesquisa que visa controlar a transmissão da doença por meio da supressão da população de mosquitos vai a campo para testar a sua viabilidade e eficácia.

Diante da impossibilidade de eliminação do mosquito vetor da dengue – em especial por conta do grande fluxo de pessoas mundialmente – e num momento em que as pesquisas exigiam a produção em massa de mosquitos para serem testadas novas tecnologias, surgiu o Laboratório de Mosquitos Geneticamente Modificados do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB) da USP.

Coordenado pela professora Margareth Capurro, o grupo tem na cidade de Juazeiro (BA) sua área de atuação, constituindo-se em um dos Laboratórios de Campo do ICB.

A pesquisa que visava controlar a transmissão da doença por meio da supressão da população de mosquitos necessitava sair do laboratório e ir a campo para testar a sua viabilidade e eficácia.

Ao sair da universidade, no entanto, altera-se a escala com a qual se trabalha e a produção de mosquitos passa a ser executada por uma biofábrica. Esse foi o principal motivo pelo qual o laboratório se instalou em Juazeiro, onde fica a empresa Moscamed Brasil, especializada na produção de moscas-da-fruta estéreis. Como a empresa trabalhava com a estratégia de

supressão da população de insetos através de machos, aplicar o mecanismo para o mosquito da dengue foi mais fácil.

O trabalho de campo, porém, não é independente daquele realizado no ICB, como explica a professora. “Aqui no ICB eu tenho o que é preciso para a pesquisa em biologia molecular; a estrutura, os reagentes. Eu trago o material e faço aqui. Por outro lado, se por exemplo, eu quero desenvolver uma nova dieta para os mosquitos, posso até começar aqui, mas é em campo que ela será colocada em prática, e também avaliada. Nós não conseguimos separar. Faz parte da rotina pensar o projeto lá e aqui. Ele tem várias vertentes, mas é único.”

Disponível em: <<https://www5.usp.br/72785/modificacao-genetica-em-mosquitos-e-alternativa-para-combate-a-dengue/>> Acesso em 13 fev. 2020.

Com base em um ou mais itens da coletânea e em seus conhecimentos, argumente sobre a questão abaixo.

“Como produzir e divulgar o conhecimento científico de maneira ética?”

Proposta II

Leia os textos abaixo.

TEXTO I

Há um vácuo jurídico acerca do tema segurança pública, avalia Renato Sérgio de Lima, diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

"Nossa Constituição não diz o que é segurança pública, nenhuma lei diz que segurança pública é proteger a população ou investigar criminoso, só diz por quem a segurança vai ser exercida", disse ele à BBC Brasil.

"Então segurança é um conceito que ganha significado no dia a dia da prática policial. Se olharmos para a história das instituições policiais hoje, muitas estão reguladas por outro conceito de segurança, que é a manutenção de um modelo de ordem pública, de uma situação em que o Brasil tem um inimigo interno. A lógica é que o tráfico é o inimigo a ser combatido e deixamos de lado uma série de problemas ligados à preservação da vida", explica.

Para Lima, um bom conceito de segurança pública seria prevenção, investigação e punição de responsáveis por atos de violência e criminalidade e administração de conflitos para garantir direitos básicos da população para que ela possa exercer outros direitos da cidadania, como sair de casa, ir ao médico e trabalhar.

(Adaptado de 5 razões por trás da crise de segurança pública no Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil38909715>> Acessado em 23 mar. 2020)

TEXTO II

Além da preocupação diretamente relacionada ao crime, há outras evidências importantes de transformações sociais relacionadas com a expansão da segurança privada, como a ampliação dos espaços chamados de semipúblicos e dos condomínios residenciais, que criam demanda por provedores dos serviços particulares de proteção. Da mesma forma, nas décadas

recentes verifica-se uma intensa especialização dos recursos e tecnologias de segurança utilizados nos centros industriais e comerciais, reformulando as tendências da segurança empresarial. Como decorrência desses processos sociais e urbanos, a segurança privada vem atender a demandas sociais existentes e cada vez mais comuns no mundo contemporâneo, assumindo em muitas localidades funções complementares com a segurança pública.

Ao mesmo tempo em que temos essa grande evolução na criminalidade, o contexto metropolitano passou por grandes transformações nas últimas décadas. Além do crescimento acelerado das periferias urbanas em meio a uma grande precariedade estrutural decorrente do processo de rápida urbanização, que se deu à margem de um desenvolvimento econômico capaz de sustentar esta crescente demanda populacional, desenvolveram-se nos grandes centros novos padrões de comércio, moradia, trabalho e lazer, verificados, como já observado, no surgimento em larga escala dos espaços privados abertos para o público. Além desses espaços, nesse período há uma grande disseminação dos condomínios residenciais e centros comerciais, que requerem grande investimento privado em segurança.

(Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-30-encontro/st-6/st01-5/3527-azanetic-a-disseminacao/file>> Acessado em 23 mar. 2020)

TEXTO III

Um dos direitos básicos dos cidadãos de uma determinada região, a segurança pública é um serviço que visa proteger as pessoas e os seus bens, evitar a ocorrência de delitos e crimes, e possibilitar a vida em harmonia nos espaços públicos. A segurança privada, por sua vez, tem o objetivo de preservar patrimônios privados e as pessoas que neles passeiam, residem ou atuam profissionalmente.

Infelizmente, nas grandes cidades brasileiras, e até mesmo nos municípios interioranos, a criminalidade e a falta de segurança suficiente têm imperado. Por isso, existe grande demanda por profissionais que desejam atuar na área, tanto oferecendo segurança para as pessoas, bens e instituições, quanto criando e gerenciando políticas e projetos que visem melhorar a situação e diminuir a insegurança.

(Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/cursos-e-faculdades/seguranca-publica-e-privada>> Acessado em 23 mar. 2020)

TEXTO IV

Em 2016, o relator especial da ONU (Organização das Nações Unidas) para execuções sumárias, arbitrárias e extrajudiciais, Christof Heynz, recomendou um maior controle, por parte dos governos, dos serviços de segurança particular. Ele disse, então, que o “uso desregulado ou inadequado da força por provedores privados de segurança pode comprometer gravemente a proteção do direito à vida”.

O alerta surge em um momento em que a ONU reconhece que os serviços de vigilância privativos se tornaram um grande mercado ao redor do mundo. “Os Estados são os principais responsáveis pelo cumprimento dos direitos humanos.

O crescente movimento em direção à privatização da segurança levanta questões sobre os papéis, responsabilidades e, finalmente, acerca da prestação de contas em relação às violações dos direitos humanos e a abusos”, pontuou o relator especial.

Em muitos países, há mais agentes privados de segurança do que públicos. Segundo a ONU, isso ocorre em locais como a Guatemala (onde existem seis seguranças particulares para cada policial), Índia (cinco para um), África do Sul (dois e meio para um) e Estados Unidos (mais de dois para um).

“A ampliação do setor de segurança privada levanta a questão se seus provedores devem atender aos mesmos padrões da segurança pública no que tange ao uso da força, e se o mesmo nível de responsabilização toma lugar em casos de abuso de poder”, sustenta o relatório.

(Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/03/06/Quais-s%C3%A3o-as-atribui%C3%A7%C3%B5es-daseguran%C3%A7a-privada-no-Brasil>> Acessado em 23 mar. 2020)

Com base em um ou mais itens da coletânea e em seus conhecimentos, argumente sobre a questão abaixo.

O papel da segurança pública e da segurança privada: onde começa a responsabilidade de uma e termina a de outra?

Proposta III

Texto 1

CARTA AO LEITOR

O que incomoda o terror

O verdadeiro alvo visado pelos terroristas que atacaram Nova York e Washington na semana passada não foram as torres gêmeas do sul de Manhattan nem o edifício do Pentágono. O atentado foi cometido contra um sistema social e econômico que, mesmo longe da perfeição, é o mais justo e livre que a humanidade conseguiu fazer funcionar ininterruptamente até hoje. Não foi um ataque de Davi contra Goliás. Nem um grito dos excluídos do Terceiro Mundo que, de modo trágico, mas efetivo, se fez ouvir no império. Foi uma agressão perpetrada contra os mais caros e mais frágeis valores ocidentais: a democracia e a economia de mercado.

O que realmente incomoda a ponto da exasperação os fundamentalistas, apontados como os principais suspeitos de autoria dos atentados, não é só a arrogância americana ou seu apoio ao Estado de Israel. O que os radicais não toleram, mais que tudo, é a modernidade. É a existência de uma sociedade em que os justos podem viver sem ser incomodados e os pobres têm possibilidades reais de atingir a prosperidade com o fruto de seu trabalho. Esse é o verdadeiro anátema dos terroristas que atacaram os Estados Unidos. Eles são enviados da morte, da elite teocrática, medieval, tirânica que exerce o poder absoluto em seus feudos. Para eles, a democracia é satânica. Por isso tem de ser combatida e destruída

Texto 2

Drummond viu antes

Sebastião Vargas Neto achou mais uma prova da capacidade que os poetas têm de ver a alma do mundo. Depois da explosão do World Trade Center, lembrou-se de que já tinha ouvido

falar do assunto. Foi aos livros e localizou o poema “Elegia 1938”, de Carlos Drummond de Andrade, publicado em 1940.

O poeta disse o seguinte:

Trabalhas sem alegria para um mundo caduco, onde as formas e as ações não encerram nenhum exemplo. Praticas laboriosamente os gestos universais, sentes calor e frio, falta de dinheiro, fome e desejo sexual.

Heróis enchem os parques da cidade em que te arrastas, e preconizam a virtude, a renúncia, o sangue-frio, a concepção.

À noite, se neblina, abrem guarda-chuvas de bronze ou se recolhem aos volumes de sinistras bibliotecas.

Amas a noite pelo poder de aniquilamento que encerra e sabes que, dormindo, os problemas te dispensam de morrer.

Mas o terrível despertar prova a existência da Grande Máquina e te repõe, pequenino, em face de indecifráveis palmeiras.

Caminhas entre mortos e com eles conversas sobre coisas do tempo futuro e negócios do espírito.

A literatura estragou tuas melhores horas de amor.

Ao telefone perdeste muito tempo, muitíssimo tempo de semear.

Coração orgulhoso, tens pressa de confessar tua derrota e adiar para outro século a felicidade coletiva.

Aceitas a chuva, a guerra, o desemprego e a injusta distribuição porque não podes, sozinho, dinamitar a ilha de Manhattan.

(Jornal O Globo, 16-09-2001.)

Com base em um ou mais itens da coletânea e em seus conhecimentos, argumente sobre a questão abaixo.

“A perspectiva de mobilidade social na sociedade contemporânea”

Proposta IV

TEXTO I

Liberdade de expressão

por Ian McEwan / 27 de janeiro de 2015

Cidades globais como Paris, Londres ou Nova York, e seus entornos, possuem 10 milhões de pessoas ou mais em uma área menor que uma fazenda de criação de gado de tamanho médio nos EUA. Se os cidadãos fossem todos de uma só religião, uma só raça e uma só visão de mundo, a questão da liberdade de expressão nunca teria surgido.

Uma área reduzida de uma cidade pode conter todas as raças da Terra e todas as visões religiosas, políticas e existenciais imagináveis.

Diariamente, a partir de seus templos, as religiões blasfemam umas às outras. Jesus é filho de Deus? Não, se você é muçulmano. Maomé foi o último mensageiro de Deus na Terra? Não, se você é cristão. O universo pode ser explicado ou explorado a partir de uma cosmologia sem deuses, baseada na física? Não, se você é muçulmano ou cristão.

A história europeia nos recorda que quando o cristianismo vivia sua pompa totalitária, anterior ao iluminismo, a intolerância das pequenas diferenças levou à barbárie e a massacres em escala chocante, como a Guerra dos Trinta Anos.

O islã – do Paquistão à Arábia Saudita e outros países do Golfo Pérsico, da Indonésia e da Turquia ao Egito – vive sua versão própria de um momento totalitário. Diariamente lemos sobre casos de tortura, prisão e execução de muçulmanos que desejam deixar o islã ou discuti-lo.

No Paquistão, políticos usam as leis de blasfêmia como armas letais. Uma professora está presa no Egito há três anos por ter falado a seus alunos sobre outras religiões. Em todo o Oriente Médio, o cristianismo e o zoroastrismo estão sendo expulsos dos lugares onde nasceram. Na Turquia, a liberdade de imprensa está sob ataque cerrado por parte de conservadores religiosos.

Regimes árabes autoritários utilizam a sharia, a lei islâmica, como meio de reprimir a oposição política. Os grupos radicais Boko Haram e Estado Islâmico representam uma intensificação do que é praticado em certos Estados.

Na Arábia Saudita, que abriga os santuários mais reverenciados do islã, o abandono da fé é punido com a pena de morte. A mais recente repressão à liberdade de expressão cometida naquele país – mil chicotadas e dez anos de prisão – mostra que o governo saudita denigre o islã como religião da paz. A sentença provocou reações de repulsa em todo o mundo, algumas delas manifestadas por muçulmanos.

O único fiador da liberdade de religião e da tolerância é o Estado laico. Ele respeita todas as religiões e acredita em todas – ou em nenhuma.

A liberdade que permite aos jornalistas do semanário Charlie Hebdo* criarem sua sátira é exatamente a mesma liberdade que permite aos muçulmanos na França seguirem sua religião e expressarem seus pontos de vista abertamente.

Os devotos não podem ter as duas coisas. A livre expressão é dura, é barulhenta e, às vezes, fere, mas, quando tantas visões de mundo precisam conviver lado a lado, a única alternativa à livre expressão é a intimidação, a violência e o conflito acirrado entre comunidades.

É impossível exagerar a importância da liberdade de expressão. Ela não é um simples luxo de jornalistas e escritores. Também não é um valor absoluto. Quando é reduzida (por exemplo, para limitar o alcance online de pedófilos), precisa ser por meio de leis, em conformidade com as instituições democráticas. Mas sem liberdade de expressão, a democracia é uma farsa.

Todas as liberdades que gozamos ou desejamos gozar tiveram que ser pensadas e discutidas livremente e instituídas por escrito.

A liberdade de expressão – de dar e receber informações, de formular perguntas incômodas, de realizar pesquisas acadêmicas, de praticar a crítica, a fantasia, a sátira –, o intercâmbio de ideias em toda a gama de nossas capacidades intelectuais, é a liberdade que dá origem às outras.



A livre expressão não é inimiga da religião, é sua protetora.

* Referência ao atentado sofrido pelo jornal Charlie Hebdo em 07 de janeiro de 2015, em Paris. O jornal foi atacado por terroristas após a publicação de uma charge que satirizava de maneira dura Maomé. Doze pessoas foram mortas na sede do jornal.

Ian McEwan, escritor britânico, é autor de Sábado, Reparação e Na Praia (todos pela Companhia das Letras), entre outros livros.

(Adaptado de Liberdade de Expressão, Observatório da Imprensa, Edição 835. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed835_liberdade_de_expressao/> Acessado em 30 abr. 2020)

TEXTO II

Artigo 18: Liberdade de religião e crença

O Artigo 18 protege teístas, não teístas e ateus, assim como aqueles que não professam qualquer religião ou credo. Menos conhecido é o papel que organizações religiosas desempenharam na realização e no apoio ao movimento por direitos humanos.

No sul da Ásia, o hinduísmo inspirou a longa marcha de Mahatma Gandhi pela libertação da Índia. Cristãos protestantes lideraram a luta para abolir escravidão no Reino Unido e nos Estados Unidos no século 19. Católicos romanos na Polônia e luteranos na Alemanha Oriental estavam na vanguarda do combate ao autoritarismo no final do século 20. Católicos romanos na América Latina pressionaram por justiça social com a “teologia da libertação”. (...)

No entanto, religiões e direitos humanos são frequentemente vistos como conflitantes, com debates na Europa Ocidental sobre se mulheres deveriam poder usar véus e leis de blasfêmia supostamente usadas de forma irregular em partes da Ásia para resolver rancores pessoais.

Alguns argumentam que é preciso não só liberdade religiosa, mas liberdade da própria religião, especialmente quando ela é citada como justificativa para práticas discriminatórias e prejudiciais.

Fonte: Adaptado de <https://nacoesunidas.org/artigo-18-liberdade-de-religiao-e-crenca/>. Acesso em 30/04/20.

TEXTO III

Decisão do governo sobre data de reinício das Missas públicas desagradou episcopado francês

Em comunicado diante da Assembleia Nacional, o primeiro-ministro Édouard Philippe anunciou na tarde de terça-feira, 28, que as celebrações religiosas públicas não poderão ser retomadas antes de 2 de junho.

Em um comunicado de imprensa publicado no início da noite, o Conselho Permanente da Conferência Episcopal da França, "em nome de todos os bispos, soube com pesar desta data que é imposta aos católicos e a todas as religiões de nosso país".

O episcopado francês expressa suas reservas, como aconteceu com o episcopado italiano em relação à decisão semelhante tomada pelo governo Giuseppe Conte alguns dias antes, não

obstante compartilhe a preocupação do governo de limitar ao máximo a circulação da epidemia.

Causa estranheza aos bispos a proibição da celebração de Missas públicas, pois poderiam promover a disseminação do coronavírus, enquanto que por outro lado são retomadas as atividades econômicas e comerciais e há a reabertura gradual das escolas.

"A dimensão espiritual e religiosa do ser humano contribui, estamos convencidos disso, para a paz dos corações, para o fortalecimento nas provações, para a fraternidade entre as pessoas e para toda a vida social", insistem os preladados.

"A liberdade de culto é um alicerce da vida democrática. É por isso que os bispos desejam se reunir com as autoridades públicas, nacionais ou locais, para preparar a retomada efetiva do culto. Os católicos respeitaram e respeitarão as instruções do governo", diz a nota.

Fonte: Adaptado de <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2020-04/franca-bispos-missas-2-junho-governo-coronavirus.html>. Acesso em 30/04/20.

TEXTO IV

A quem interessa a onda de intolerância religiosa que sacode o Brasil?

O Brasil está destruindo um dos seus maiores valores, sua proverbial tolerância religiosa e a coexistência pacífica entre as diferentes confissões. A quem interessa essa onda iconoclasta que cresceu 4.960% em apenas cinco anos, que registra uma denúncia de hostilidade ou profanação de locais de culto e pessoas que os dirigem a cada 15 horas?

Os mais perseguidos são os locais de culto das religiões de matriz africana, mas também atinge templos católicos e protestantes, igrejas evangélicas, centros espíritas e sinagogas judaicas. Imagens de orixás são queimadas, uma imagem de Nossa Senhora Aparecida é destruída a golpes de martelo, os sacrários das igrejas católicas são violados e as hóstias consagradas são jogadas no chão e nem os cemitérios são respeitados.

Que estamos diante de um fato novo e é urgente descobrir o que se esconde por trás dessa nova guerra contra o sagrado. Que a um Brasil atravessado por uma perigosa corrente de ódio político e social se queira acrescentar a intolerância e a agressão física aos símbolos e pessoas religiosas poderia ser a última etapa da barbárie. A tolerância e a riqueza de entidades religiosas convivendo em paz neste país foi resultado da feliz conjunção histórica do encontro de três crenças trazidas pelos três povos que engendraram o Brasil: a indígena, a cristã - contribuição dos europeus -, e a africana, dos quatro milhões de escravos.

Fonte: Adaptado de https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/14/opinion/1510697413_063183.html. Acesso em 30/04/20.

TEXTO V

O que é intolerância religiosa?

A história da intolerância religiosa é uma história de séculos. No Império Romano os católicos foram perseguidos. Na Idade Média, católicos perseguiram judeus e pagãos. No Brasil, os portugueses não aceitavam as crenças religiosas dos índios e os catequizaram e no período da escravidão, proibiam os negros de cultuar seus deuses. Esses são apenas alguns exemplos.

Segundo o professor Antonio Ozaí da Silva, a raiz da intolerância está na transição das religiões politeístas para as religiões monoteístas. Isso porque, ao reconhecer a existência de

um Deus único, as religiões deixam de aceitar a existência de outros deuses. É daí que surge a ideia de guerra santa, isto é, a realização de conflitos para afirmar a concepção de um Deus.

Para o professor, a intolerância é resultado do medo e insegurança e da necessidade do ser humano em possuir certezas, e conclui que ela é alimentada por grupos de poder e interesses. Por isso, para entender a intolerância a determinadas crenças, é necessário uma interpretação completa do contexto social, político e econômico.

Fonte: Adaptado de <https://www.politize.com.br/intolerancia-religiosa/>. Acesso em 30/04/20.

Com base em um ou mais itens da coletânea e em seus conhecimentos, argumente sobre a questão abaixo.

A garantia de liberdade religiosa no Brasil

Proposta V

TEXTO I

Mobilidade Sustentável

A questão da mobilidade urbana surge como um novo desafio às políticas ambientais e urbanas, num cenário de desenvolvimento social e econômico do país, no qual as crescentes taxas de urbanização, as limitações das políticas públicas de transporte coletivo e a retomada do crescimento econômico têm implicado num aumento expressivo da motorização individual (automóveis e motocicletas), bem como da frota de veículos dedicados ao transporte de cargas.

Em outras palavras, o padrão de mobilidade centrado no transporte motorizado individual mostra-se insustentável, tanto no que se refere à proteção ambiental quanto no atendimento das necessidades de deslocamento que caracterizam a vida urbana. A resposta tradicional aos problemas de congestionamento, por meio do aumento da capacidade viária, estimula o uso do carro e gera novos congestionamentos, alimentando um ciclo vicioso responsável pela degradação da qualidade do ar, aquecimento global e comprometimento da qualidade de vida nas cidades (aumento significativo nos níveis de ruídos, perda de tempo, degradação do espaço público, atropelamentos e stress).

A necessidade de mudanças profundas nos padrões tradicionais de mobilidade, na perspectiva de cidades mais justas e sustentáveis, levou à recente aprovação da Lei Federal nº 12.587 de 2012, que trata da Política Nacional de Mobilidade Urbana e contém princípios, diretrizes e instrumentos fundamentais para o processo de transição. Dentre estes, vale destacar:

- integração (da Política Nacional de Mobilidade Urbana) com a política de desenvolvimento urbano e respectivas políticas setoriais de habitação, saneamento básico, planejamento e gestão do uso do solo no âmbito dos entes federativos;
- prioridade dos modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado;
- integração entre os modos e serviços de transporte urbano;

- mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas na cidade;
- incentivo ao desenvolvimento científico-tecnológico e ao uso de energias renováveis e menos poluentes;
- priorização de projetos de transporte público coletivo estruturadores do território e indutores do desenvolvimento urbano integrado;
- restrição e controle de acesso e circulação, permanente ou temporário, de veículos motorizados em locais e horários predeterminados;
- aplicação de tributos sobre modos e serviços de transporte urbano pela utilização da infraestrutura urbana, visando a desestimular o uso de determinados modos e serviços de mobilidade, vinculando-se a receita à aplicação exclusiva em infraestrutura urbana destinada ao transporte público coletivo e ao transporte não motorizado e no financiamento do subsídio público da tarifa de transporte público, na forma da lei;
- dedicação de espaço exclusivo nas vias públicas para os serviços de transporte público coletivo e modos de transporte não motorizados;
- monitoramento e controle das emissões dos gases de efeito local e de efeito estufa dos modos de transporte motorizado, facultando a restrição de acesso a determinadas vias em razão da criticidade dos índices de emissões de poluição.

(Disponível: <<https://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/planejamento-ambiental-e-territorial-urbano/urbanismo-sustentavel/mobilidade-sustent%C3%A1vel.html>> Acesso em 26 mai. 2020)

TEXTO II

Os desafios da mobilidade urbana sustentável

Na América Latina, a maior fonte de emissão de gases de efeito estufa são os meios de transporte. Por isso, não é possível dissociar os problemas de mobilidade das mudanças climáticas, explica Ilan Cuperstein, vice-diretor para América Latina da organização C40. A rede internacional é formada por mais de 90 cidades que se comprometeram a zerar as emissões até 2050. “Para isso, várias mudanças drásticas têm que ser feitas: utilização apenas de veículos limpos; maior uso do transporte não motorizado, através de bicicletas, mais viagens a pé, patinete; todo tipo de transporte novo”, argumenta.

Segundo os especialistas, os novos modais não são a solução para os problemas de mobilidade. Eles são parte da solução. É o caso da bicicleta, mas também de novos sistemas como o BRT (Transporte rápido por ônibus) - uma criação de Curitiba que ganhou o mundo - ou o VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), do Rio. O projeto carioca seguiu a tendência mundial de humanizar os grandes centros, tornando-os mais amigáveis para os pedestres. “Evidentemente o automóvel esgotou, e as novas gerações já não têm o mesmo sonho de ter um primeiro automóvel. Eles se viram muito bem com o Uber, taxi, caronas, de outra maneira. Lentamente, a cultura está mudando e é necessário aproveitar essa mudança para traçar um projeto de futuro”, aposta o filósofo Rogério da Costa, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

(Disponível em: <<https://tvbrasil.ebc.com.br/caminhos-da-reportagem/2019/05/os-desafios-da-mobilidade-urbana-sustentavel>> Acesso em 26 mai. 2020)

TEXTO III

Atitudes simples, porém indispensáveis

Uma campanha do DETRAN/RS, intitulada “Trânsito Seguro: o Motorista Consciente”, expressa a necessidade de todos fazerem sua parte no trânsito, sejam pedestres, ciclistas, motociclistas ou motoristas. Nela, o departamento sinaliza para a importância de adotar práticas mais seguras para que a qualidade de vida das pessoas seja garantida. A campanha elabora, ainda, uma lista com várias atitudes necessárias para a segurança no trânsito.

Tais atitudes são simples e não causam quaisquer dúvidas quanto à sua realização. Uma delas, por exemplo, é a orientação para parar no sinal vermelho. Outras, com o mesmo grau de complexidade, são sinalizar antes de realizar qualquer manobra, não usar celular ao dirigir, dar a preferência para ambulâncias e outros veículos de emergência e, ainda, parar a cada 4 horas em casos de viagens longas.

Outras recomendações, como ligar o pisca alerta e usar o triângulo em caso de parada causada por problemas no veículo, deixar a distância de 5 metros das esquinas ao estacionar, manter distância segura de outros veículos, usar farol baixo em dias chuvosos ou de neblina, também são feitas. Por fim, mas não menos importante, outras sugestões essenciais são não consumir estimulantes ou energéticos se for dirigir e, a recomendação mais feita em todos os lugares, se for dirigir, não beber. Neste caso, é importante ficar, pelo menos, 8 horas sem assumir o volante.

Como se pode perceber, existem várias práticas para colaborar com um trânsito melhor. Muitas delas são atitudes básicas de segurança e apreço ao próximo. Basta ter consciência de que tomar medidas de precaução contribui para a manutenção da paz e da segurança em um espaço utilizado por todos os cidadãos que, como tais, devem exercer a cidadania em todas as atividades do seu dia a dia, em prol de uma vida com mais respeito e tranquilidade.

(Disponível em: <<https://www.politize.com.br/seguranca-transito-conscientizacao/>> Acesso em 26 mai. 2020)

TEXTO IV

Integração de modais de transporte é o futuro

A solução para a nova mobilidade urbana passa pela integração dos transportes. Esqueça aquele conceito de uma única forma de deslocamento. Vou de carro, vou de ônibus ou vou de bicicleta. Ficou no passado. As integrações são o presente e serão o futuro das cidades. E os sistemas de compartilhamento de carros, bicicletas e patinetes – e também de ônibus regular, como já vem surgindo – são os propulsores dessa mudança. Que veio para ficar. Isso é consenso.

Além do caminhar, mesclar diferentes tipos de transporte para chegar de um ponto a outro ficou fácil e pode ser bem mais barato. A sociedade começa a perceber isso. As bicicletas públicas compartilhadas têm números animadores – crescimento de viagens superior a 300%, como é o caso do BikePE. Os sistemas dockless (sem estação) – patinetes elétricos e bicicletas – também crescem no País, apesar da polêmica que os envolve. Estudos começam a comprovar a constatação das ruas. Pesquisa do Instituto Ipsos e da 99 realizada nas cinco regiões do País, em junho, constatou que o brasileiro utiliza, em média, três modais diferentes durante a semana. E que a predominância na integração ainda é da caminhada – 13,9% dos entrevistados



afirmaram que antes ou depois de usar um app de transporte privado caminhavam. Mas a utilização integrada com o transporte coletivo é forte – 10,2% – e com o automóvel é relevante – 9%.

A avalanche de alternativas de transporte dos últimos anos também está provocando um outro fenômeno: desmistificando o automóvel e os valores sociais que sempre o envolveram. Outra pesquisa, realizada em 2018 pelo Instituto Clima e Sociedade (ICS), entidade que financia projetos e estudos sustentáveis no País, mostrou que, de fato, o passageiro que hoje utiliza os aplicativos de transporte privado era usuário do transporte público (ônibus, metrô ou trem) – uma média de 50% das pessoas –, mas revela uma fuga do carro – entre 20% e 30% dos passageiros afirmaram que antes de usar um app com frequência tinham o automóvel como principal transporte.

(Disponível em: <<http://especiais.jconline.ne10.uol.com.br/novarotacao/integracao-de-modais-de-transporte-e-o-futuro.php>> Acesso em 26 mai. 2020)

TEXTO V

Acessível para quem? Como o transporte divide ricos e pobres na cidade brasileira

Joana Barros e Michael Batty; Especial para a BBC Brasil.

14 outubro 2016

O objetivo básico do transporte é o de melhorar a conexão entre as pessoas, mas, muitas vezes, ele só faz aumentar a divisão social

As cidades brasileiras estão entre as mais divididas do mundo. Sempre foram espacialmente segregadas.

Assim, um dos desafios que elas têm é aumentar o acesso a empregos e oportunidades e criar comunidades que supram, de forma efetiva, necessidades de serviços locais.

Para tanto, um planejamento de transporte integrado, incluindo diferentes modais, é uma prioridade urgente.

Grandes cidades brasileiras como São Paulo não se beneficiaram de investimentos no setor ferroviário, particularmente em sistemas de metrô subterrâneos, equivalentes aos ocorridos em grandes cidades de países desenvolvidos e também do Sudeste Asiático.

É importante compreender que altos investimentos são necessários para que essas cidades funcionem efetivamente. Somente dessa forma a segregação que dominou o passado pode ser reduzida, permitindo que cidades brasileiras alcancem o desenvolvimento econômico que cidades no Norte Global já atingiram há muitos anos.

(Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37572962>> Acesso em 26 mai. 2020)

Com base em um ou mais itens da coletânea e em seus conhecimentos, argumente sobre a questão abaixo.

“Desafios na implantação de um modelo de mobilidade urbana sustentável”

Proposta VI

Texto I

Ao longo dos anos houve mudanças em relação à adoção. Foi com a Constituição Federal de 1988 que o instituto da adoção ganhou as suas atuais feições. O artigo 227, § 6º da Constituição, por exemplo, eliminou qualquer diferença entre filhos biológicos ou adotados, determinando direitos iguais para ambos, com o mesmo direito à filiação. Esse parágrafo parece lógico, mas foi uma mudança importante, visto que, ao romper com o paradigma de que uma família só pode ser constituída mediante casamento, isso aumentou as possibilidades para a adoção.

Por fim, em 1990 entrou em vigor o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), cujos artigos preveem o procedimento de adoção. Posteriormente, em 2009, foi sancionada a Lei 12.010/2009, que trouxe inúmeras inovações à adoção, permitindo, por exemplo: que pessoas solteiras pudessem adotar, desde que sejam no mínimo 16 anos mais velhas que o adotado; bem como criando o conceito de família extensa, isto é, “aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade”.

(Adaptado de <<https://www.politize.com.br/adocao-no-brasil/>> Acesso em 03 mar. 2020)

Texto II

A advogada catarinense Perla Duarte Moraes, de 40 anos, sempre quis adotar uma criança, apesar de poder ter filhos biológicos. Em 2016, o plano se concretizou, e a adoção fugiu do padrão brasileiro: a escolha foi por um menino de nove anos de idade.

O Cadastro Nacional de Adoção (CNA) aponta que apenas 5% dos cerca de 43 mil candidatos a pai e mãe adotivos aceitam crianças de nove anos de idade ou mais. No entanto, é nesse grupo que estão mais de 60% das crianças aptas a serem adotadas em abrigos no Brasil.

“As crianças pequenas de até três ou quatro anos de idade são adotadas de imediato, pois esse é o perfil preferidos dos adotantes. As crianças maiores encontram certa resistência”, afirma Halia Pauliv de Souza, que há mais de 20 anos ministra cursos e escreve livros sobre preparação para pais e mães que pretendem adotar.

Hoje, são cerca de 8 mil crianças aptas para adoção, ou seja, o número de pais na fila para adotar é cinco vezes maior.

Especialistas apontam que as exigências dos pais mostram que ainda há uma idealização da adoção, o que atrapalha o processo adotivo e impede que os candidatos tenham experiências como a de Moraes.

“Meu filho é tudo pra mim”, diz a advogada após os dois primeiros anos de maternidade. Mas nem tudo é um conto de fadas, reconhece. Ela conta que a decisão de adotar foi sendo construída aos poucos, lendo livros sobre o tema e fazendo os cursos necessários para poder se cadastrar no CNA.

(Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-descompasso-que-trava-a-adocao-no-brasil/>> Acesso em 07 jul. 2020)

Texto III

Em grande parte do mundo, as normas de adoção são menos exigentes que as brasileiras. Porém, esta “facilidade” de adoção no exterior não é necessariamente algo bom, uma vez que pobreza, tragédias e guerras acabam por criar um mercado de “exportação” de crianças. Exemplo disso são países do norte e centro da África, regiões afetadas por pobreza e guerra civil, e que exigem pouca burocracia para adotar, aumentando a possibilidade de existir tráfico de crianças e adolescentes, por exemplo.

Também há casos de países como a China, em que a política do filho único acabou por levar centenas de milhares de crianças ao abandono (com mínima chance de serem adotadas por casais chineses), colocadas à disposição para adoção internacional.

Em suma, a maioria dos países possuem normas de adoção menos exigentes e detalhadas que o Brasil, embora todas atribuam ao Judiciário a palavra final. Outra diferença em relação à maioria é que o Brasil proíbe a participação de agências especializadas no processo de adoção. Tais agências existem em outros países e podem ser vantajosas, uma vez que facilitam o trato com os órgãos públicos e toda a burocracia e documentação envolvidas. Porém, tal “agilidade” vem com um preço, sendo frequentes as denúncias de corrupção e mercado negro de crianças ligado à prestação de serviços, de acordo com Campell Law Observer.

(Disponível em <<https://www.politize.com.br/adocao-no-brasil/>> Acesso em 07 jul. 2020)

Com base em um ou mais itens da coletânea e em seus conhecimentos, argumente sobre a questão abaixo.

Os desafios da adoção no Brasil

Proposta VII

Texto I

Os impactos do investimento

Em tempos de crise, ressurgiu a cobrança pelo retorno do financiamento público de pesquisa sem levar em conta que a produção da ciência segue caminhos complexos e interligados

Em tempos de crise econômica, é comum que a sociedade questione a aplicação do dinheiro público e queira privilegiar atividades que deem retorno visível e imediato. Áreas em que os resultados são mais difusos ou menos palpáveis frequentemente passam a ser vistas como não prioritárias na hora da alocação dos recursos. Quando esse fenômeno afeta o sistema de pesquisa, cujo financiamento depende em grande medida – varia de país a país – do Estado, com frequência ele se traduz na oposição entre pesquisa básica e pesquisa aplicada, como se fossem conceitos independentes e não profundamente interligados. O investimento em pesquisa que resulta imediatamente em novos produtos e tecnologias tende a ser visto como o mais importante, por trazer retorno tangível à sociedade. Já os recursos direcionados à ciência básica às vezes são considerados uma extravagância, como pontuou em 1967 o então governador eleito da Califórnia, o republicano Ronald Reagan, ao propor, como medida para resolver problemas orçamentários, que os contribuintes deixassem de financiar a “curiosidade intelectual” em programas e cursos das universidades estaduais. “Nós acreditamos que há certos luxos intelectuais que talvez pudéssemos dispensar”, disse Reagan, atraindo críticas de toda parte. “Se uma universidade não é o lugar em que a curiosidade intelectual deve ser

encorajada e subvencionada, então ela não é nada”, reagiu à época o jornal The Los Angeles Times, em editorial.

Na realidade da ciência no século XXI, o debate demanda classificações bem mais complexas do que as duas categorias, pesquisa básica e pesquisa aplicada, têm a oferecer. “Os conceitos de pesquisa pura e aplicada podem ter alguma utilidade em discussões abstratas e funcionar em situações específicas, mas não servem adequadamente para categorizar a ciência”, sustenta Graeme Reid, professor de política científica da University College London, no Reino Unido, e autor do relatório *Why should the taxpayer fund science and research?* (“Por que o contribuinte deveria financiar a ciência e a pesquisa?”), publicado em 2014. Em primeiro lugar, diz ele, o denominador comum para classificar a ciência deve ser a “excelência”, sem a qual nem o conhecimento básico nem o aplicado produzem resultados consistentes.

Reid cita o exemplo do Higher Education Funding Council for England (Hefce), órgão que financia e avalia o sistema universitário de ensino e pesquisa da Inglaterra. O Hefce distribui recursos sem fazer referência às duas categorias, uma vez que a qualidade da pesquisa é que a habilita a ter impacto. O relatório menciona um documento lançado em 2010 pelo Conselho de Ciência e Tecnologia ligado ao premiê do Reino Unido, intitulado *A vision for UK research*, segundo o qual o cerne da atividade de pesquisa é sua capacidade de fazer perguntas importantes; a insistência em distinguir uma vertente pura e outra aplicada gera mais problemas e divisões do que produz soluções. Reid observa que os benefícios decorrentes de investimentos em pesquisa ganharam formas variadas que vão muito além da polarização entre as vantagens de compreender melhor os fenômenos por um lado e, por outro, os ganhos gerados pelo desenvolvimento de tecnologias – tais como as startups oriundas de universidades que podem transformar conhecimento em riqueza rapidamente, a atração de investimentos globais em pesquisa e desenvolvimento (P&D) para universidades e polos de inovação ou, ainda, a oferta de mão de obra altamente especializada a empresas e organizações públicas, entre outras. “O ambiente de pesquisa é um ecossistema delicado que oferece múltiplos benefícios para a economia e a sociedade ao longo de caminhos complexos e interligados”, diz.

Disponível em <<https://revistapesquisa.fapesp.br/os-impactos-do-investimento/>> Acesso em 07 jul. 2020

Texto II

O Brasil é tido, por muitos pesquisadores, como um país com vocação para pesquisa em diversas áreas e é um líder na geração de conhecimento científico. Houve aprimoramento do parque tecnológico, da formação de mestres e doutores e ampliação das universidades. “A ciência do Brasil está em um nível muito bom e crescendo cada vez mais. Seguir os passos de grandes cientistas brasileiros que já fazem ciência de altíssima qualidade no Brasil e se destacam mundialmente é o objetivo a ser alcançado”, avalia Birbrair.

Mas ainda há muito a ser feito. Na opinião de Kiffer, uma boa maneira de começar seria definindo uma política nacional de fomento à ciência e à pesquisa de longo prazo. “Isto significa que esta política deveria começar fomentando a educação científica na base e seguindo até o topo das instituições acadêmicas e das empresas, com estímulos e apoios duradouros à inovação e à ciência”.

Ele comenta que existem iniciativas interessantes nas áreas de análises clínicas, como testes diagnósticos, facilidade das etapas pré-analíticas, redução de tempos de exames, processos mais econômicos e análises de big-data. “Na área farmacêutica, diversos novos medicamentos e produtos requerem o desenvolvimento conjunto de métodos analíticos clínicos. Seguramente existe um campo vasto a ser explorado. No Brasil, resalto em particular a necessidade de se estimular pesquisas com big-data na área de análises clínicas”, avalia Kiffer.

A melhor estratégia para que a ciência possa crescer no país, na opinião de Birbrair, pode estar no intercâmbio que já ocorre em vários laboratórios brasileiros, mantendo uma troca ativa de conhecimento. “Acredito que os alunos brasileiros são de altíssima qualidade. Muitos dos cientistas que atuam nos Estados Unidos são estrangeiros, e grande parte destes são latinos, incluindo muitos brasileiros. Ou seja, a formação no Brasil é boa e isso tem que ser aproveitado”.

Disponível em <<https://www.labnetwork.com.br/especiais/o-desafio-de-fazer-pesquisa-cientifica-no-brasil/>> Acesso em 07 jul. 2020

Texto III

Qualquer nação desenvolvida chegou ao estágio de desenvolvimento que chegou graças a acreditar e investir em educação e ciência. Sem educação, não há mão de obra qualificada para, inclusive, aprender e usar as metodologias desenvolvidas por outros países. Sem ciência, não há desenvolvimento de metodologias próprias, tecnologias, inovações, conhecimento. Estive recentemente na Coreia e fiquei impressionada com a história do desenvolvimento científico lá. Um antigo rei mudou um alfabeto inteiro, que era inacessível, partindo do princípio: o povo tem mãos, mas não consegue escrever; o povo tem olhos, mas não consegue ler. Enfrentando resistências, ele deu uma ordem para mudar o alfabeto, para que todos conseguissem ler e escrever. Conhecimento é uma forma de poder, que deve ser compartilhada. Neste contexto, o Brasil está andando na direção oposta, na contramão da história.

Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/reportagem/2019/04/21/Os-problemas-dap%C3%B3s-gradua%C3%A7%C3%A3o-no-Brasil.-E-a-import%C3%A2ncia-da-ci%C3%A2ncia>> Acesso em 28 jan. 2020.

Com base em um ou mais itens da coletânea e em seus conhecimentos, argumente sobre a questão abaixo.

A importância do investimento em pesquisa no Brasil

Proposta VIII

Texto I

Com a recomendação de evitar ao máximo sair de casa como forma de prevenção à Covid-19, alguns outros cuidados com a saúde podem acabar ficando comprometidos. Seja pelo receio de sair de casa em busca de atendimento médico, seja a crença em boatos sobre a eficácia de determinados medicamentos em determinados casos, o fato é que não é raro que as pessoas recorram à automedicação. A prática é um risco à saúde e preocupa os especialistas.

Os médicos não apenas desaconselham como alertam para os perigos da automedicação. O médico e sanitarista Felipe Proença explica que todo medicamento tem efeitos colaterais. “Os medicamentos antes de chegar às farmácias passam por rigorosos testes para saber se os benefícios são superiores a esses efeitos e todos os efeitos colaterais são bem documentados”, afirma. Por isso mesmo durante o uso, os pacientes precisam passar por um rígido acompanhamento.

Ainda de acordo com Proença, o risco da automedicação torna-se ainda maior quando o paciente já faz a utilização de outro medicamento, mesmo com orientação médica. “Todo medicamento interage com outros. Sempre que você usa mais de um medicamento ao mesmo tempo, um pode alterar o modo de ação do outro e isso é muito preocupante em idosos, pois muitas vezes eles usam três ou quatro medicamentos diferentes todos os dias”, alerta.

Disponível em <<http://www.paraibatotal.com.br/noticias/2020/06/25/10970-profissionais-de-saude-alertam-para-riscos-da-automedicacao>> Acesso em 07 jul. 2020

Texto II

No Brasil, embora haja regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para a venda e propaganda de medicamentos que possam ser adquiridos sem prescrição médica, não há regulamentação nem orientação para aqueles que os utilizam. O fato de se poder adquirir um medicamento sem prescrição não permite o indivíduo fazer uso indevido do mesmo, isto é, usá-lo por indicação própria, na dose que lhe convém e na hora que achar conveniente. Dados europeus indicam que, em média, 5,6 pessoas por farmácia e por semana fazem uso indevido de algum tipo de medicamento.

Em nosso país, a extensão da automedicação não é conhecida com precisão, mas apenas em caráter anedótico ou por meio de levantamentos parciais e limitados. A Pesquisa por Amostragem Domiciliar de 1998 do IBGE oferece alguns elementos de informação. Entre as pessoas que procuraram atendimento de saúde, cerca de 14% adquiriram medicamentos sem receita médica; percentual que parece muito subestimado, talvez em função da pesquisa não ter sido desenhada com a finalidade de avaliar a automedicação.

As razões pelas quais as pessoas se automedicam são inúmeras. A propaganda desenfreada e massiva de determinados medicamentos contrasta com as tímidas campanhas que tentam esclarecer os perigos da automedicação. A dificuldade e o custo de se conseguir uma opinião médica, a limitação do poder prescritivo, restrito a poucos profissionais de saúde, o desespero e a angústia desencadeados por sintomas ou pela possibilidade de se adquirir uma doença, informações sobre medicamentos obtidos à boca pequena, na internet ou em outros meios de comunicação, a falta de regulamentação e fiscalização daqueles que vendem e a falta de programas educativos sobre os efeitos muitas vezes irreparáveis da automedicação, são alguns dos motivos que levam as pessoas a utilizarem medicamento mais próximo.

(Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302001000400001> Acesso em 07 jul. 2020)

Texto III

Nós, seres humanos, nos consideramos criaturas mais inteligentes e capazes jamais surgidas antes no planeta. Se assim fosse não deveríamos nem ter a coragem de pensar em



automedicação. É uma prática extremamente perigosa e que se torna ainda mais nociva em grupos humanos com significativos fatores de vulnerabilidade, tais como: pobreza, baixo nível de educação, falta de visão crítica diante da mídia, impossibilidade de arguir os poderes constituídos, invasão pelo marketing e outros. Não existe automedicação inocente nem 100% inócua.

A automedicação vai desde uma atitude aparentemente inocente, como o uso de uma aspirina para dor de cabeça ou um antiespasmódico para cólicas menstruais até à falta de bom senso em indicar para si próprio ou para os outros tratamentos à base de antibióticos ou antidepressivos. As pessoas não imaginam quantos problemas relacionados a isso aparecem nos hospitais.

(Disponível em: <<http://www6.ensp.fiocruz.br/visa/?q=node/5499>> Acesso em 24 mar. 2020)

Com base em um ou mais itens da coletânea e em seus conhecimentos, argumente sobre a questão abaixo.

Os riscos da automedicação no Brasil

Proposta IX

Texto I

O que é infodemia?

Conforme declarado pela OMS, o surto de COVID-19 e a resposta a ele têm sido acompanhados por uma enorme infodemia: um excesso de informações, algumas precisas e outras não, que tornam difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa.

A palavra infodemia se refere a um grande aumento no volume de informações associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo devido a um evento específico, como a pandemia atual. Nessa situação, surgem rumores e desinformação, além da manipulação de informações com intenção duvidosa. Na era da informação, esse fenômeno é amplificado pelas redes sociais e se alastra mais rapidamente, como um vírus.

Desinformação é uma informação falsa ou imprecisa cuja intenção deliberada é enganar. No contexto da pandemia atual, pode afetar profundamente todos os aspectos da vida e, mais especificamente, a saúde mental das pessoas, pois a busca por atualizações sobre a COVID-19 na Internet cresceu de 50% a 70% em todas as gerações. Em uma pandemia, a desinformação pode prejudicar a saúde humana. Muitas histórias falsas ou enganosas são inventadas e compartilhadas sem que se verifique a fonte nem a qualidade. Grande parte dessas desinformações se baseia em teorias conspiratórias; algumas inserem elementos dessas teorias em um discurso que parece convencional. Estão circulando informações imprecisas e falsas sobre todos os aspectos da doença: como o vírus se originou, a causa, o tratamento e o mecanismo de propagação. A desinformação pode circular e ser absorvida muito rapidamente, mudando o comportamento das pessoas e possivelmente levando-as a correr riscos maiores. Tudo isso torna a pandemia muito mais grave, afetando mais pessoas e comprometendo o alcance e a sustentabilidade do sistema global de saúde.

Disponível em <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf?sequence=14> Acesso em 07 jul. 2020

Texto II

Sempre desconfio das expressões que fazem sucesso rápido e acabam servindo para qualquer ocasião. Afinal, o que explica tudo também explica nada.

A expressão “novo normal” tem sido muito utilizada nos últimos meses, quando se percebeu que o coronavírus há de acarretar mudanças para todo o planeta. Isto é, que os efeitos da Covid-19 não se limitarão ao dia em que a pandemia for dada por terminada. E é certo: a história mostra que não se sai de crises como essa da mesma maneira que se entrou.

“Novo normal” não é, porém, um termo recente; tampouco se sabe a origem dele. No entanto, tem sido crescentemente associado a momentos da história em que toda a sociedade é obrigada a se reinventar diante de períodos de crises de ordem política, militar, econômica ou sanitária.

Crise quer dizer “decisão” e, portanto, parece “normal” que diante de grandes acidentes como esses, as sociedades mostrem sua capacidade para se alterar, mas para se “conservar” também. Durante muito tempo as ciências sociais, prioritariamente, se dedicaram a entender não como as sociedades mudam, mas sobretudo como elas têm essa incrível capacidade de se manter. Como dizia Lampedusa: “É preciso que algo mude para que tudo fique absolutamente igual”.

O ‘novo normal’ representa um esforço contínuo da preservação da sociedade, nem que, para que isso ocorra, ela seja levemente alterada

E esse me parece ser o “novo normal”: ele representa, no meu entender, um esforço contínuo no sentido da preservação da sociedade (e de um determinado status quo), nem que, para que isso ocorra, ela seja levemente alterada. Isso porque a humanidade, em seu longo curso, sempre lutou pela manutenção. As pessoas também preferem estados de equilíbrio, de “normalidade”, do que viver no “caos” da novidade. Por isso, se é preciso que alguma coisa se altere, o melhor é que seja bem pouco.

Considero, assim, o “novo normal” um movimento bastante conservador; no sentido primeiro da palavra: conservar. Afinal, esse seria um “novo normal” para quem? Qual seria o nosso coeficiente de “normalidade”? E qual a régua que mede e distingue o que é “normal” do que é “anormal”, ou, ainda, um “novo normal”?

Disponível em <<https://gamarevista.com.br/sociedade/de-perto-ninguem-e-normal-ou-o-novo-normal/>> Acesso em 07 jul. 2020

Texto III

Estratégia da Coreia do Sul para salvar vidas em meio à pandemia

A Coreia do Sul se tornou um exemplo no mundo porque - apesar de ser um vizinho da China, onde a pandemia se originou - seu número de infecções e sua taxa de mortalidade foram muito menores.

Segundo o governo sul-coreano, cerca de 10 mil exames são realizados diariamente, o que possibilitou o isolamento da população assintomática, que é um dos principais problemas na disseminação da infecção.

Além disso, outra circunstância que ajudou a conter a pandemia no território sul-coreano foi a implementação de medidas rigorosas de isolamento por região. Embora algumas das medidas tenham sido criticadas como formas extremas de controle social, especialistas consultados pela BBC concordam que elas são essenciais para salvar vidas.

Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52090542>> Acesso em 07 jul. 2020

Com base em um ou mais itens da coletânea e em seus conhecimentos, argumente sobre a questão abaixo.

O combate à pandemia no Brasil e no mundo

Proposta X

Texto I.

Inclusão digital: o que é e a quem se destina?

O termo “inclusão digital”, de tão usado, já se tornou um jargão. É comum ver empresas e governos falando em democratização do acesso e inclusão digital sem critérios e sem prestar atenção se a tal inclusão promove os efeitos desejados. O problema é que virou moda falar do assunto, ainda mais no Brasil, com tantas dificuldades - impostos, burocracia, educação - para facilitar o acesso aos computadores.

É que inclusão digital significa, antes de tudo, melhorar as condições de vida de uma determinada região ou comunidade com ajuda da tecnologia. A expressão nasceu do termo “digital divide”, que em inglês significa algo como “divisória digital”. Hoje, a depender do contexto, é comum ler expressões similares como democratização da informação, universalização da tecnologia e outras variantes parecidas e politicamente corretas.

Em termos concretos, incluir digitalmente não é apenas “alfabetizar” a pessoa em informática, mas também melhorar os quadros sociais a partir do manuseio dos computadores. Como fazer isso? Não apenas ensinando o bê-á-bá do informatiquês, mas mostrando como ela pode ganhar dinheiro e melhorar de vida com ajuda daquele monstro de bits e bytes que de vez em quando trava.

O erro de interpretação é comum, porque muita gente acha que incluir digitalmente é colocar computadores na frente das pessoas e apenas ensiná-las a usar Windows e pacotes de escritório. A analogia errônea tende a irritar os especialistas e ajuda a propagar cenários surreais da chamada inclusão digital, como é o caso de comunidades ou escolas que recebem computadores novinhos em folha, mas que nunca são utilizados porque não há telefone para conectar à internet ou porque faltam professores qualificados para repassar o conhecimento necessário.

Desde a década de 90, acadêmicos e especialistas em tecnologia da informação (TI) deram início a uma série de debates sobre um quadro preocupante e que pouco mudou: os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, sobretudo os mais pobres, estão perdendo o bonde da informação. Sem os meios necessários (computadores e laboratórios) e recursos apropriados (internet rápida, telecomunicações), esses países deixam para trás um amplo leque de opções para aquecer a economia e melhorar os baixos índices sociais.



Somente colocar um computador na mão das pessoas ou vendê-lo a um preço menor não é, definitivamente, inclusão digital. É preciso ensiná-las a utilizá-lo em benefício próprio e coletivo. Induzir a inclusão social a partir da digital ainda é um cenário pouco estudado no Brasil, mas tem à frente os bons resultados obtidos pelo CDI* no País, cujas ações são reconhecidas e elogiadas mundialmente. Inclusive, por vários estudiosos consultados pela reportagem, que costumam classificar as ações do Comitê como exemplo em palestras mundo afora.

* CDI = Comitê para Democratização da Informática.

Paulo Rebêlo para site Webinsider, 12/05/2005. Disponível em: <<https://webinsider.com.br/inclusao-digital-o-que-e-e-a-quem-se-destina/>> Acesso em 22 de abr. 2019.

Texto II.

Maior acesso à internet muda comportamento do consumidor online

Pesquisas apontam alto índice de usuários que consultam a internet para adquirir produtos e serviços, enquanto os smartphones já são responsáveis por 10% das vendas online

O maior acesso da população à internet e aos smartphones vem mudando o comportamento do consumidor de e-commerce. Um exemplo dessa mudança foi apontado na sétima edição da pesquisa Comportamento dos Usuários na Internet, realizada pela FecomercioSP e divulgada em agosto. Segundo o estudo, 75% dos entrevistados informaram que usam a internet e as redes sociais para obter informações para aquisição de produtos e serviços.

Outra tendência que se consolida com essa mudança é a do omnichannel – quando o cliente interage com a marca em diversos canais, podendo ver o produto na loja física, efetuar a compra pela loja virtual e tirar dúvidas pelo site da empresa, por exemplo. Isso porque, segundo o presidente do Conselho de Comércio Eletrônico da FecomercioSP e diretor executivo da E-bit, Pedro Guasti, “a tendência do varejo mundial e brasileiro é que esses canais se integrem, com o consumidor querendo comprar de acordo com a conveniência, seja por celular, pesquisar características na loja física e comprar pela internet, ou ainda comprar pela internet e retirar na loja física”, aponta.

Segundo ele, isso deverá se concretizar em breve, impulsionado pela crescente facilidade de acesso à internet e aos smartphones. “Ainda há uma gama de pessoas que não estão 100%, mas daqui a dois ou três anos não vai mais existir telefones que só falem. Haverá mais smartphones em uso, permitindo o acesso à informação farta para o consumidor tomar sua decisão de compra a partir de comparadores de preços, acesso a portais e sites especializados”, diz.

Trecho retirado de Fecomercio SP, 18/08/2015. Disponível em: <<http://www.fecomercio.com.br/noticia/pesquisa-fecomercio-detalha-o-comportamento-do-usuario-paulistano-na-internet>> Acesso em 22 abr. 2019.

Texto III.

Uma pesquisa sobre os hábitos de consumo de notícias online levou à noção de que o WhatsApp está se tornando, cada vez mais, a fonte preferida dos usuários na hora de obter notícias. Os dados de 36 países levaram a um total de 15% das pessoas utilizando o mensageiro e o contato com familiares e amigos na hora de se informar.

Pode parecer pouco, mas de acordo com os pesquisadores do Instituto Reuters e da Universidade de Oxford, responsáveis pelo estudo, é uma tendência que vem crescendo significativamente. O WhatsApp, de um ano para o outro, se tornou o segundo maior sistema usado para obtenção de notícias, atrás apenas do Facebook, com 47% de preferência e grande declínio ao longo do tempo.

E o motivo é exatamente o que você está imaginando: preocupados com as notícias falsas compartilhadas nas redes sociais, os usuários estariam procurando o WhatsApp, e principalmente seus grupos, devido à familiaridade com quem as envia. Ao receberem dados de familiares e amigos, por exemplo, eles não cogitariam que, ali, também poderiam estar sendo levadas adiante informações incorretas.

Trecho retirado de Canal Tech, 23/06/2017. Disponível em: < <https://canaltech.com.br/internet/whatsapp-esta-se-tornando-fonte-de-noticias-para-usuarios-diz-pesquisa-95918/>> Acesso em 22 abr. 2019.

Texto IV

Os impactos da pandemia na inclusão digital

Por Leonardo Scofano Damasceno Peixoto

Nos últimos anos, o acesso à internet deixou de ser um benefício de economias desenvolvidas para se tornar um direito básico, como fornecimento de água limpa e luz. O distanciamento social decorrente da pandemia de coronavírus, por sua vez, acentuou a relação das pessoas com a internet para fins profissionais, sociais, assistenciais, econômicos e comerciais.

O acesso ao Auxílio Emergencial, benefício do governo federal destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados, depende do uso de dois aplicativos, um para cadastro e outro para o saque. Ferramentas de videoconferência se popularizaram e passaram a ser utilizadas diariamente para reuniões de trabalho e pessoais. A ferramenta Zoom, por exemplo, contava com 10 milhões de usuários por dia em dezembro de 2019 e em abril deste ano já contabilizava 300 milhões de usuários diariamente. O atendimento da Defensoria Pública passou a ser realizado remotamente pela internet nos casos urgentes e tende a ser implementado nos casos ordinários em um futuro bem próximo. Os microempreendedores que ainda não acompanhavam as inovações tecnológicas, deverão se adaptar às plataformas digitais por questão de sobrevivência. Se o acesso à internet já era essencial, passou a ser imprescindível.

Atualmente, mais de 70% dos brasileiros são usuários da internet e mais de 85% da população mundial vive a poucos quilômetros de uma torre de celular que pode oferecer o serviço da internet. Até 2025, espera-se que 90% da população mundial tenha acesso regular à internet. As tecnologias sem fios exigem infraestruturas menores que outros serviços públicos, tornando-se acessíveis rapidamente e já existem projetos para a ampliação do acesso. O projeto Internet.org do Facebook, por exemplo, desenvolve drones e possui operadoras de redes móveis que garantiram o acesso gratuito a serviços básicos de internet a mais de um bilhão de pessoas de 17 países em 2015.

Disponível em <<https://www.justificando.com/2020/05/07/os-impactos-da-pandemia-na-inclusao-digital/>> Acesso em 07 jul. 2020



Com base em um ou mais itens da coletânea e em seus conhecimentos, argumente sobre a questão abaixo.

Os desafios da inclusão digital no Brasil

Proposta XI

Texto I

A xenofobia afeta a maior parte de grupos migrantes, mas ainda assim se deve destacar a existência de uma questão de interseccionalidade. Não se pode considerar que todos os grupos enfrentam a xenofobia do mesmo modo. Diferentes fatores devem ser levados em consideração ao analisar a xenofobia contra determinado grupo, já que características como origem geográfica, cultura, gênero, cor, etnia, classe social e religião afetam a recepção desses estrangeiros nos países de destino. Um exemplo é o estereótipo gerado a partir da confusão entre islamismo e terrorismo.

Já no Brasil, há uma longa tradição de orgulho e festejo dos imigrantes europeus – a Oktoberfest, realizada anualmente em Blumenau (SC), não apenas é a maior festa alemã das Américas como também é um exemplo prático disso. Em contrapartida, migrantes africanos, haitianos ou venezuelanos, por exemplo, são muitas vezes recebidos de maneira oposta. As diferenças no tratamento estão diretamente ligadas ao racismo presente no país.

(Disponível em <<https://www.politize.com.br/xenofobia-no-brasil-existe/>> Acesso em 06 jul. 2020)

Texto II

A migração é um direito. Faz parte do conjunto dos Direitos Humanos garantidos a toda e qualquer pessoa. O migrante é um sujeito de direitos. Não pode ser desrespeitado, humilhado ou rechaçado por sua condição migrante. O Brasil é um país de migrantes. Boa parte de nossa economia e das nossas riquezas foram construídas com o trabalho dos migrantes que chegam nesse chão brasileiro desde os primórdios da colonização.

Os migrantes que chegam da Venezuela são sujeitos de direitos e não perderam sua dignidade humana por causa da migração. Migram para escapar da fome e da miséria que vem tomando conta do seu país. Aliás, um país muito amado e respeitado pelos venezuelanos que mesmo em processo de deslocamento, não deixam de cultivar a esperança do retorno. Talvez por isso muitos não querem ir para muito longe. Preferem ficar na Amazônia à espera de um retorno rápido. Isso significa que boa parte dos migrantes não traçou um projeto migratório. Ou seja, não planejaram a migração. Por mais que essa seja um direito, para muitos foi a única alternativa de sobrevivência. Por conta da fome e do processo empobrecimento vertiginoso, muitos se viram impelidos à migração.

Os migrantes venezuelanos vêm sofrendo muitas formas de xenofobia na Amazônia e isso nos envergonha. O rechaço tem se manifestado de diversas formas que vão desde ofensas e injúrias pessoais até movimentos coletivos de brasileiros exigindo a expulsão dos migrantes. Ataques a abrigos espontâneos e acampamentos improvisados, formados na sua grande maioria por mulheres e crianças, tem se tornado algo recorrente em Roraima.

(Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/582781-migrar-e-um-direito-xenofobia-e-crime>> Acesso em 07 jul. 2020)

Texto III

Xenofobia, racismo, homofobia, misoginia e por aí vai. Casos de preconceito no futebol brasileiro aumentam a cada ano, envolvendo não apenas jogadores e torcedores, mas também jornalistas que fazem a cobertura do esporte. De acordo com levantamento do Observatório da Discriminação Racial no Futebol, o ano de 2018 teve 93 registros de pelo menos uma dessas manifestações.

Em 2017, foram 77 casos. Coordenador da entidade, o especialista em gestão empresarial Marcelo Carvalho explica que as pessoas atingidas estão mais dispostas a denunciar as ocorrências. Embora tenha nascido nas redes sociais em 2015 com o objetivo apenas de filtrar os casos de racismo, o observatório passou a englobar todas as situações de preconceito no futebol do País.

De acordo com levantamento do Observatório da Discriminação Racial no Futebol, o ano de 2018 teve 93 registros de pelo menos uma manifestação de racismo, xenofobia, misoginia, entre outras

“O silêncio de antes está ficando para trás. Há um nível de conscientização mais apurado hoje e isso é positivo. Muitos passaram a acreditar que não é mais possível tolerar certas coisas no futebol”, diz Marcelo, em entrevista ao Terra.

(Disponível em <<https://www.terra.com.br/esportes/casos-de-preconceito-no-futebol-nao-param-de-crescer,a1bea7a019c16394935fc9dc19796af37d33495u.html>> Acesso em 07 jul. 2020)

Com base em um ou mais itens da coletânea e em seus conhecimentos, argumente sobre a questão abaixo.

Combate à xenofobia no Brasil

Proposta XII

Texto I.

Sociabilidade, tecnologia da internet e comunicação

(Rafael Freitas, para Observatório da Imprensa)

O surgimento da sociedade em rede não pode ser entendido sem a interação entre essas duas tendências relativamente autônomas: o desenvolvimento de novas tecnologias da informação e a tentativa da antiga sociedade de readaptar-se com o uso dessa ferramenta tecnológica. Cabe enfatizar que as relações online estão baseadas em interesses compartilhados do homem, onde ele se agrupa com seus semelhantes e vai estabelecendo relações. Esses relacionamentos são também diferenciados: alguns constroem vínculos mais fortes; outros, relações mais superficiais. O ser humano, portanto, aspiraria à união e ao mesmo tempo, seria contra ela, oscilaria entre a conexão e a separação, o coletivo e o individual. As redes de relações pessoais não são nenhuma novidade, pois o formato de rede é extremamente atrativo para relacionamentos, pois tudo se torna descentralizado, transparente e autônomo, ao mesmo tempo em que é otimizado em conjunto. A rede funciona muito bem na manutenção das relações e na intermediação de laços entre pessoas que não podem se ver pessoalmente com frequência. Além disso, permite o exercício da solidariedade em várias situações, ameaças, riscos, problemas coletivos ou individuais.

Na contramão, o surgimento das tecnologias informacionais, principalmente a internet, aumentou a dificuldade de discutir o tópico de privacidade. Com a internet, os indivíduos que na época da TV eram apenas receptores de informação passaram a ser produtores de informação, disseminando-se por meio das tecnologias, que possibilitam que as informações – dentre elas as que se referem a algo particular dos indivíduos – ganham amplitude global rapidamente. Tal acesso poderia, também, constituir um clima de hostilidade entre grupos que possuem interesses distintos, interesses esses que estariam disponíveis para conhecimento.

As atividades humanas estão ficando, a cada dia, mais dependentes da tecnologia e, portanto, susceptíveis às suas vulnerabilidades e seus efeitos. É certo que estamos na “infância da cibercultura” como afirma Lévy, e que as principais transformações sociais provocadas pela tecnologia ainda estão por vir. Entretanto, há muito ainda o que pensar no que se refere a todas as questões polêmicas e importantes que surgiram com o advento da internet. Talvez sejam essas polêmicas o motivo de conflitos como pontua Manuel Castells: o aparecimento de novos padrões de interação social que, cada vez mais densa entre os indivíduos realmente contribui para ações coletivas, transformadoras e democráticas.

Trecho retirado de Observatório da Imprensa, 14/01/2014. Disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/_ed781_sociabilidade_tecnologia_da_internet_e_comunicacao/> Acesso em 16 abr. 2019.

Texto II.

A linguagem dos emojis

(Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva, Revista Trabalhos em Linguística Aplicada)

O crescente uso dos emojis é uma tentativa de transmitir mais sentido de forma mais econômica em determinados contextos de interação, mas, ao mesmo tempo, fazendo emergir sentidos acrescidos de muitos outros significados, especialmente, de emoções. As imagens são sempre mais fortes e é muito mais fácil enviar um coração pulsando do que dizer para um amigo "eu te amo".

As práticas sociais de linguagem acontecem de forma complexa devido à inter-relação dos vários agentes e modos de produção de sentido e das tecnologias que medeiam essas práticas. A linguagem está em constante processo de mudança e se adapta aos propiciamentos e às restrições presentes nas tecnologias digitais. As experiências passadas e as atuais servem de insumo para os novos comportamentos, tanto para os desenvolvedores de tecnologia como para seus usuários.

A ação de um agente pode influenciar toda uma rede, como foi o caso da criação do grupo Unicode, associado às tecnologias móveis e seus teclados de emojis, que mudou a forma como interagimos, mediados pelos nossos smartphones e tablets, no Twitter, no WhatsApp, no Facebook, no Instagram e em outros ambientes virtuais.

É impossível prever quais novas tecnologias vão surgir, como as redes sociais atuais vão se desenvolver ou se serão substituídas por outras. No entanto, podemos prever que sempre haverá mudanças. Novas formas de comunicação podem emergir, novos gêneros podem surgir e outros poderão ter sua "relativa estabilidade" alterada.

Trecho retirado de Scielo, mai/ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132016000200379> Acesso em 16 abr. 2019.

Texto III.

Discurso de ódio nas redes sociais

(Sarah Corrêa Cardoso, Camila Zago e Bianca Vieira da Silva para site Jus)

As redes sociais se tornaram o ápice do mundo virtual por possibilitarem a interligação de pessoas de todos os lugares do mundo, buscando de forma facilitada, a interação social entre os indivíduos. No entanto, em se tratando de um espaço amplamente diversificado e plúrimo, exsurge clara e insofismável, a vasta dessemelhança entre as pessoas que ali se encontram e, que por óbvio, não compartilham exatamente dos mesmos ideais, gerando os conflitos sociais nas redes.

Os conflitos sociais pertinentes às redes sociais, em sua grande parte, já se tratavam de ideologias originárias do mundo físico, mas devido à impossibilidade de propagação da manifestação de pensamento, se restringiam aos grupos sociais de convivência. Juntamente com a evolução tecnológica e digital, as redes sociais tornaram-se cada vez mais informais e próximas aos seus usuários, dando a ilusão de que seria um espaço intocável aos ditames do direito.

Partindo da concepção de que no espaço virtual inexistente o contato físico, seus usuários se viram encorajados em expressar suas opiniões, sem qualquer ponderação de limites ao que se é postado, comentado e compartilhando, o que se seria refletido em uma interação social corpórea. Ao momento em que por meio das redes sociais restou claro e evidente a tranquilidade de seus usuários em expressar tudo que se pensa, as redes se tornaram um espaço de se noticiar opiniões, preconceituosas, discriminatórias e intolerantes, principalmente com discurso de ódio voltados as minorias sociais. Neste sentido, constatou-se que o direito à liberdade de expressão, estaria sendo exercido de forma abusiva, ao momento em que lesionava a dignidade da pessoa humana, sendo este, princípio fundamental dos direitos humanos.

Trecho retirado de Jus, 01/19. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/71639/discurso-de-odio-nas-redes-sociais>> Acesso em 16 abr. 2019.

Texto IV.

Computador, tablet, laptop e especialmente smartphone parecem fazer parte de um rol de itens obrigatórios nos dias de hoje. E lá vai você usar o computador no trabalho, checar as redes sociais, conferir o vídeo que está bombando ou caçar ou bichinhos virtuais com o celular. Sem dúvida, a internet trouxe inúmeras possibilidades e novos caminhos para a diversão, para o aprendizado e para a comunicação. Acrescente-se a isso o fato de terem derrubado barreiras, nos colocado em contato com o mundo todo, e você terá um retrato da sociedade atual. Bemvindo à era da hiperconexão!

Mas como tudo na vida, há prós e contras envolvidos. “Muita gente depende da internet para trabalhar ou estudar. Paralelamente, cada vez mais, nos comunicamos, expomos nossa rotina e principalmente nossos acertos por meio das redes sociais. Assim também nos divertimos, claro.

Até aí, nada de errado. Contudo, o problema começa quando você passa a maior parte do seu tempo conectado”, alerta a psicóloga Patrícia Mendonça. Segundo a especialista, há relatos de hiperconexão de pessoas que passam até 16 horas ao dia plugados.

(Disponível em <<https://www.vittude.com/blog/hiperconexao/>> Acesso em 06 jul. 2020)



Com base em um ou mais itens da coletânea e em seus conhecimentos, argumente sobre a questão abaixo.

As relações sociais na era da hiperconectividade

Proposta XIII

Texto I

Relatórios de respeitadas organizações ambientais defendem que nós, seres humanos, já estamos consumindo mais do que a capacidade do planeta de se regenerar, alterando o equilíbrio da Terra. Segundo o relatório Planeta Vivo (WWF, 2008), a população mundial já consome 30% a mais do que o planeta consegue repor. Outro relatório, o Estado do Mundo 2010, do World Watch Institute (WWI) coloca que hoje extraímos anualmente 60 bilhões de toneladas de recursos naturais. Isto representa 50% a mais do que extraíamos 30 anos atrás.

É verdade que a população mundial cresceu muito desde sua existência. No século XVIII (durante a revolução industrial) éramos cerca de 750 milhões de habitantes. Hoje, somos 7,6 bilhões de seres humanos na Terra. E segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a população mundial deve chegar a 8,6 bilhões de habitantes até 2030.

(Disponível em: <<http://www.recicloteca.org.br/consumo/consumo-e-meio-ambiente/>> Acesso em 22 abr. 2020)

Texto II

A população mundial consumiu até hoje (1º) o conjunto dos recursos que a natureza pode produzir em um ano. E, pelo restante do ano, vai consumir além da capacidade de renovação anual. As informações são da Global Footprint Network, uma organização não governamental de pesquisa de recursos naturais e mudanças climáticas.

Em cada ano, desde 1970, este marco é conhecido como o Dia de Sobrecarga da Terra, que representa o momento em que o consumo de recursos naturais supera o volume que o planeta é capaz de renovar.

“Essa data representa justamente o movimento que existe hoje no sentido de utilizar uma produção intensiva de recursos naturais sem retornar e sem aproveitar esses mesmos recursos que já foram extraídos”, avaliou o Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), Carlos Silva Filho. “Se não mudarmos o processo de produção e consumo, em um dado momento, o planeta realmente não vai ter a capacidade de regeneração e uma série de matérias primas vão ficar realmente esgotadas, escassas ao ponto de não poderem mais serem utilizadas”.

Ele acrescentou que o Brasil consome os recursos da natureza em um ritmo mais acelerado que a média mundial. “Se fôssemos considerar somente os padrões de produção e consumo do Brasil, o Dia de Sobrecarga da Terra seria em 19 de julho. O Brasil está no sentido de consumir mais recursos e aproveitar menos os resíduos do que a média mundial. Então esse é um problema que precisa ser encarado de frente”.

No Brasil, 20 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos poderiam ser recuperados por ano com reciclagem, segundo dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), o que representa cerca de 25% do total do lixo gerado.

O país ocupa o quinto lugar na geração de lixo no mundo e, diante dos baixos índices de reaproveitamento, contribui para o esgotamento dos recursos naturais do planeta, segundo avaliação da entidade.

Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-08/consumo-de-recursos-naturais-superou-que-o-planeta-pode-renovar-no-ano>> Acesso em 07 jul. 2020

Texto III

O consumo é um conceito que vai muito além do “consumismo” ou do consumo de produtos tangíveis, em especial os encontrados no varejo. Consumimos produtos, serviços, informações e símbolos, diariamente, consciente ou inconscientemente. O próprio conceito de sustentabilidade tem sido “consumido” exaustivamente nas últimas décadas. Consumir não é necessariamente negativo e seríamos incapazes de renunciar a essa prática. Porém, o crescimento do número de pessoas e da capacidade de produção impõe uma responsabilização individual e coletiva sobre o seu impacto.

A sustentabilidade que costumava ser uma bandeira de especialistas e um assunto visto como importante, mas de certa forma distante das urgências cotidianas, hoje está no centro do debate social e econômico. E, no World Economic Forum (WEF), que encerrou na semana passada, em Davos, na Suíça, não foi diferente. O evento é um dos mais importantes encontros do mundo entre líderes de diferentes setores e países e serve de palco para governos e empresas apresentarem suas propostas no equacionamento dessa problemática.

Pela primeira vez, seu relatório anual de riscos globais aponta que aqueles relacionados ao meio ambiente ocupam agora as primeiras posições, tanto em termos de probabilidade como impacto. Deixou de ser um problema setorizado ou regionalizado e, desta forma, nenhuma organização, pública ou privada, pode prescindir desta questão.

Dentre as temáticas debatidas, uma economia livre de lixo (waste-free economy) atinge diretamente as estratégias das empresas. Em geral, convivemos com um desconforto relacionado à questão, mas não temos a real dimensão das marcas que causamos ao meio ambiente. Quantos quilos de lixo um indivíduo produz anualmente? Estudos apontam que um brasileiro está perto de superar a geração de 300 quilos de lixo ao ano. Considerando o peso médio do brasileiro (aproximadamente 70kg) podemos dizer que cada um de nós despeja quatro vezes o seu peso em resíduos. Estamos acima da média mundial, mas abaixo dos países de alta renda, mesmo que estes representem uma fatia pequena da população planetária.

Disponível em <<https://www.istoedinheiro.com.br/existe-consumo-com-sustentabilidade-ambiental/>> Acesso em 07 jul. 2020

Com base em um ou mais itens da coletânea e em seus conhecimentos, argumente sobre a questão abaixo.

Consumo consciente de recursos naturais

Proposta XIV

Texto I

A saúde no Brasil se divide hoje em pública e suplementar. A saúde pública está estruturada dentro do Sistema Único de Saúde, mais conhecido como SUS, já a saúde suplementar é a saúde privada, que compreende os planos de saúde. Atualmente, 75% dos brasileiros dependem exclusivamente do SUS, o restante da população utiliza a saúde privada.

Mesmo que algum cidadão opte por utilizar a saúde privada e adquira um plano de saúde, seja individualmente ou por convênio da empresa em que trabalha, ele não perde o direito de utilizar o SUS. Afinal, um de seus princípios é a universalidade, que significa que todos os brasileiros têm direito aos serviços de saúde.

É interessante notar a discrepância dos valores investidos nesses dois casos. Em uma de suas palestras, Drauzio Varella mostra que o SUS investe cerca de R\$ 103 bilhões por ano e atende 75% da população brasileira, já a saúde suplementar, que atende apenas 25% dos cidadãos, investe R\$ 90,5 bilhões. Isso quer dizer que os gastos por paciente são, em média, três vezes mais altos na saúde suplementar do que na saúde pública.

Disponível em <<https://www.politize.com.br/panorama-da-saude/>> Acesso em 07 jul. 2020

Texto II

O Sistema Único de Saúde (SUS) prevê uma estrutura híbrida de gestão da saúde, baseada no funcionamento simultâneo de uma rede de atendimento pública e gratuita ao cidadão e outra privada, que atua de maneira complementar e conforme as diretrizes do SUS. Com as restrições dos serviços e recursos investidos pelo Estado para atender as demandas de saúde da população brasileira, o setor privado vem atuando sob a forma de planos e seguros de saúde, bem como de hospitais, clínicas, laboratórios, e consultórios particulares.

A contradição entre a proposta de universalidade do SUS e a atuação da rede privada é ponto de partida para articulações e movimentos contra a tendência de privatização do setor da saúde. Além disso, as transferências de recursos públicos para os planos e seguros privados, o difícil ressarcimento das ações prestadas pelo SUS aos usuários de planos de saúde privados e a precariedade que vem caracterizando o crescimento desordenado da oferta privada estão na agenda das críticas do movimento sanitário e nas propostas de fortalecimento do SUS.

Outro debate sobre a relação público X privado está relacionado à gestão de unidades de saúde. Isto porque, além da administração pública direta de unidades clínicas e hospitalares do sistema público, há estratégias de gestão em andamento, por meio das autarquias, organizações sociais de saúde (OS) e das fundações. No caso das OS, algumas críticas apontam para a ocorrência de desvios de recursos públicos, problemas relacionados ao acesso, relação precária com o trabalhador, entre outras questões.

Disponível em <<https://pensesus.fiocruz.br/publico-x-privado>> Acesso em 07 jul. 2020

Texto III

Não é preciso ler muito jornal para saber sobre o caos da saúde pública no nosso país. Quem é usuário do SUS, infelizmente, está acostumado a conviver com várias dificuldades, que impedem o acesso e o tratamento digno.

Mas, você sabe quais são os principais problemas enfrentados pela saúde pública no Brasil? E, ainda mais, como driblar essa situação e conseguir ter acesso a consultas e tratamentos com mais qualidade?

- Administração financeira mal feita

O sistema único de saúde, SUS, sofre com dois problemas básicos que acabam por fomentar as demais situações que abordaremos neste conteúdo que são: verba insuficiente e gerenciamento mal feito desse dinheiro.

A questão das verbas depende de ações políticas para modificar a destinação do que é arrecadado em impostos. Mas a má administração está diretamente relacionada a pessoas despreparadas e incapacitadas para gerir esses recursos, muitas vezes sem nenhum conhecimento na área.

- Falta de médicos

Além de poucos médicos querendo atuar na saúde pública, os profissionais ainda estão mal distribuídos. Os dados do Conselho Federal de Medicina, CFM, apontam que existe cerca de 1 médico para cada 470 brasileiros. Mas no Norte e Nordeste, por exemplo, o número é de 1 profissional para cada 953,3 e 749,6 habitantes respectivamente.

Para mudar essa realidade, muitas iniciativas precisam ser tomadas, principalmente tornar o acesso à educação mais simplificado, já que hoje o curso de Medicina ainda é completamente elitista e muito caro, o que impossibilita e dificulta o acesso.

- Espera longa para consultas

Esperar é algo que o brasileiro que usa o SUS está acostumado, mas não deveria. Isso indica que o sistema público de saúde realiza menos consultas do que poderia.

É claro que essa é uma situação que acaba acontecendo devido aos outros itens que citamos. Sem médicos e sem recursos é difícil conseguir atender a população, principalmente com o crescimento constante do número de usuários – e com a falta de recursos que não acompanha essa taxa de crescimento.

- Poucos leitos

A falta de leitos é algo que aflige os brasileiros. Uma pesquisa feita pelo CFM em 2017 mostrou que 2.089 entrevistados elegeram essa como uma das prioridades em termos de saúde pública, colocando-a na terceira posição no ranking de problemas elencados pela pesquisa.

A Associação Nacional de Hospitais Privados mostra que o nosso país tem cerca de 2 mil leitos por habitante, algo abaixo do recomendado pela Organização Mundial de Saúde, OMS, que aponta uma necessidade de 3 a 5 leitos.

- Altas mensalidades dos planos de saúde

Engana-se quem pensa que os problemas estão concentrados apenas no SUS. Os convênios são uma saída para quem deseja ter mais qualidade, mas as mensalidades altas impedem que muitos brasileiros tenham acesso a essa possibilidade.

Além disso, os convênios ainda possuem outras queixas, como: coberturas insuficientes, espera para ser atendido e dificuldades de encontrar médicos humanizados.

(Disponível em <<https://00site.com.br/5-problemas-de-saude-publica-no-brasil/>> Acesso em 07 jul. 2020)

Com base em um ou mais itens da coletânea e em seus conhecimentos, argumente sobre a questão abaixo.

O debate da gratuidade da saúde no Brasil

Proposta XV

Texto I

“Enquanto os homens exercem seus podres poderes
Motos e fuscas avançam os sinais vermelhos
E perdem os verdes
Somos uns boçais
Queria querer gritar setecentas mil vezes
Como são lindos, como são lindos os burgueses
E os japoneses
Mas tudo é muito mais
Será que nunca faremos senão confirmar
A incompetência da América católica
Que sempre precisará de ridículos tiranos?
Será, será que será que será que será
Será que essa minha estúpida retórica
Terá que soar, terá que se ouvir
Por mais zil anos?”

(Fragmento de Podres Poderes, Caetano Veloso)

Texto II

Qual a diferença entre um cientista político e um comentarista bem informado, ou mesmo em relação a intelectuais de outras áreas, como a filosofia, a economia e a antropologia, que também pensam política?

JAIRO NICOLAU: A ciência política é uma disciplina que se define pelo tema, mais do que por um método. Por isso, provavelmente, ela é a mais pluralista, entre as disciplinas de ciências sociais.

A política é mesmo um território de pesquisa de colegas de áreas próximas como sociologia, economia, filosofia, psicologia e história. E, a rigor, não diria que existe nenhum tema da política que seja território da ciência política. O que a ciência política tem de melhor é um acúmulo de pesquisas, e teorias que são permanentemente testadas.

A imprensa acredita que a opinião de cientistas políticos tem uma aura de “cientificidade”, o que, na maioria dos casos, não tem procedência. Se um jornalista me pergunta, por exemplo, qual é o efeito do apoio do [vereador Andrea] Matarazzo à campanha da [candidata à prefeita de São Paulo] Marta [Suplicy] e eu respondo, é que tem algo errado. A resposta é quase sempre uma mera opinião. Mas os jornalistas acham que vinda de um cientista político a opinião parece ser mais científica. O ideal é que os cientistas políticos fossem convidados a falar de temas que eles pesquisam e têm dados. Mas não acontece sempre.

WAGNER PRALON MANCUSO: A ciência política tem várias subáreas, tais como teoria política, política brasileira, política comparada, políticas públicas, relações internacionais etc. O cientista político usualmente é especialista em alguma dessas subáreas, tendo dedicado anos de estudo a ela (iniciação científica, mestrado, doutorado, pós-doutorado). Então, uma característica esperada do bom cientista político é conhecer sua área a fundo.

Cada subárea da ciência política tem suas teorias e seus métodos e técnicas de investigação, que o cientista político deve conhecer e dominar. Daí viria outra característica esperada do bom cientista político: capacidade de estudar seu objeto de forma rigorosa, com base em teorias sólidas e abordagens empíricas bem desenhadas.

A produção da ciência política é apresentada em anais de encontros, em livros e em revistas, tanto nacionais quanto internacionais. Os melhores encontros, livros e revistas possuem um processo seletivo rigoroso, feito por pares, geralmente de forma anônima. O bom cientista político apresenta os resultados de suas pesquisas em encontros, livros e revistas de qualidade. Espera-se que isso assegure, em alguma medida, o alto nível dos trabalhos publicados. Portanto, uma terceira característica esperada do bom cientista político é a capacidade de produzir conhecimento que seja publicável em espaços respeitáveis, mediante concordância dos pares, após avaliação rigorosa.

Em síntese, pode-se dizer que o bom cientista político tem grande familiaridade com seu objeto de pesquisa, investiga esse objeto de forma teoricamente informada e metodologicamente rigorosa, e publica os resultados de sua investigação em lugares sérios, mediante análise prévia dos pares. Isso garantiria a qualidade dos aportes que faz aos debates sobre questões políticas.

(Fragmento da entrevista de Jairo Nicolau e Wagner Pralon Mancuso ao Nexo Jornal, 24/08/2016) Fonte: Disponível em <
<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/08/24/O-que-h%C3%A1-de-ci%C3%A2ncia-na-ci%C3%A2ncia-pol%C3%ADtica>> Acesso em 20 Mar. 2019

Texto III

Para o professor e pesquisador Rafael Tadashi, mesmo o meme que carrega desinformação ou mensagens que incitam posturas de ódio "é político e ativista, da mesma forma que tivemos propagandas nazistas". Isso nem sempre fica evidente porque o "design é [visto como] uma qualidade, adjetivo. Esse é um debate antigo na área", diz ele.

O historiador Rafael Cardoso acredita não se tratar exatamente de uma batalha estética. "Talvez seja um pouco o contrário: a desqualificação de qualquer valor estético ou ético, o esvaziamento do objeto de design, de comunicação, até virar abjeto. O enunciado como degradação da linguagem. As fake news são isso: a deformação da informação até virar desinformação da informação até virar desinformação, ou seja, lixo. Será que o lixo pode ser ou ter design? Por um lado, acho que não, porque design é um processo de atribuir significado, sentido. O lixo, ao contrário, é a matéria esvaziada de qualquer significado. São polos opostos. Por outro lado, quando vamos avaliar historicamente as peças de propaganda geradas pelos regimes mais sórdidos, sempre há algumas que se salvam como enunciado artístico. O caso emblemático é o 'Triunfo da Vontade', de Leni Riefenstahl, que consegue ser um bom filme muito embora a serviço de uma causa hedionda como o nazismo", pontua.

Para ambos, o design que se propõe gerador de reflexão está enfrentando, hoje, a dificuldade de uma guerra de informação onde vence quem joga mais sujo. Algo parecido



quando pensamos na comunicação de modo mais amplo. "O que vemos é uma pulverização completa de meios, mídias, linguagens, atores", diz Rafael Cardoso. "Me parece que tem que ser pensado melhor como atingir o outro", acredita Tadashi.

(Fragmento de De cartazes a memes, como o design interpreta o caos político e social, TAB, 23/11/2018)

Fonte: Disponível em <<https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2018/11/23/a-guerra-cultural-tambem-e-estetica.htm>>
Acesso em 20 Mar. 2019.

Com base em um ou mais itens da coletânea e em seus conhecimentos, argumente sobre a questão abaixo.

A inserção das discussões políticas no cotidiano

Proposta XVI

Texto I

Um ativista ambiental é uma pessoa que se identifica com a luta pela proteção do meio ambiente e das pessoas e animais que ali vivem. O ativista ambiental pode atuar em redes de interações informais que não têm afiliação organizacional, bem como em organizações de graus variados de formalidade que estão envolvidas em ações coletivas motivadas por identidade compartilhada de preocupação com questões socioambientais. Diz-se que há um movimento ambiental quando as organizações e outros atores, geralmente menos formalmente organizados, atuam em rede e de forma engajada em ações coletivas a fim de promover mudanças que afetem as qualidades socioambientais de determinado evento, lugar, ideia, objeto ou cenário político - com a finalidade de promover a sustentabilidade.

(Disponível em <<https://www.ecycle.com.br/7792-ativista-ambiental.html>> Acesso em 06 jul.2020)

Texto II

Menos discursos e mais ação para deter o aquecimento global. Se nos últimos dias a Organização das Nações Unidas (ONU) reiterou esta mensagem aos líderes mundiais que se reunirão na próxima segunda-feira, 23 de setembro, na Cúpula do Clima em Nova York, nesta sexta milhões de pessoas, lideradas por estudantes, gritam o mesmo nas ruas. Dezenas de milhares já fizeram isso na Austrália e outros países do Pacífico, no início de uma mobilização escolar global para exigir medidas urgentes contra a catástrofe ambiental. De Sydney a São Paulo, passando por Berlim, Bruxelas, Washington e a Cidade do México, os alunos fecharam seus cadernos e participam dos protestos, que já surgem como gigantescos em cidades como Nova York. À frente desta marcha estará a ativista sueca Greta Thunberg, de 16 anos, impulsionadora do movimento Fridays for Future ("sextas-feiras pelo futuro"). Ao todo, estão programados mais de 5.000 atos em 156 países ao longo da semana, que terá seu auge na próxima sexta-feira, dia 27, em uma greve climática mundial, desta vez com a participação não só de estudantes, mas também de milhares de entidades da sociedade civil.

"Deixem de negar que a Terra está morrendo", dizia um cartaz levado por um estudante no protesto de Sydney, enquanto as redes sociais mostram estudantes reunidos nas capitais de vários Estados australianos e também em localidades menores do interior, como Alice Springs. "Não começamos isso, mas estamos tentando combater", dizia outro cartaz na manifestação de Sydney.

Nos protestos desta sexta-feira, inspirados por Greta Thunberg, os estudantes falam a uma só voz sobre os efeitos da mudança climática no planeta, que não são coisa do futuro, mas sim do presente.

(Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/20/internacional/1568961989_411664.html> Acesso em 07 jul. 2020)

Texto III

Quando eu era uma jovem ambientalista, eu não entendia por que mais pessoas em minha cidade natal não estavam se juntando a mim em ir de bicicleta para todos os lugares ou passar horas recolhendo assinaturas em petições. Eu não entendia por que mais pessoas não estavam lutando contra a pulverização de pesticidas e usinas nucleares.

Afinal, essas coisas poderiam criar câncer e sofrimento, e destruir a beleza natural que eu amava tanto no Noroeste do Pacífico, bem como em todo o mundo.

O que eu não reconhecia é que o meu privilégio me permitiu gastar tanto tempo e esforço com o ativismo.

Eu nasci em uma família branca, de classe média/classe média alta. Meu pai era professor na Universidade de Oregon. Minha mãe era uma dona de casa que gastou quantidades significativas de tempo fazendo trabalho voluntário para comissões locais de planejamento, bem como a ACLU. Eu tinha minha faculdade paga, trabalho de meio-período e na maior parte eu ia à escola e estudava.

Eu tive o tempo entre aulas e testes para trabalhar em salvar o planeta. Sim, eu reconheço que eu passei minhas férias lendo para minhas classes rigorosas e pesquisando como a energia nuclear era perigosa – e não festejando como muitos outros estudantes universitários. Eu realmente trabalhei duro para tentar fazer alguma coisa por essa bola giratória azul chamada Terra.

No entanto, eu nunca estive em perigo de desabrigo ou pobreza; eu tinha pouca ideia de como eu era muito privilegiada. Eu tinha o luxo econômico do tempo para fazer ativismo ambiental.

Hoje eu vejo pessoas que são privilegiadas com um novo conjunto de princípios ambientalistas que são muito difíceis de seguir. Por exemplo, o carro híbrido. Comprar um carro híbrido custa mais, embora em cerca de 8 anos a questão do combustível compense. No entanto, muitos americanos não podem pagar os 5-8000 dólares a mais para ter um híbrido. Sugerir que eles devem é ser sem noção.

Da mesma forma, uma quantidade significativa de pessoas que têm baixos rendimentos e/ou vivem em “desertos alimentares” não têm um carro, e acabam comprando seus alimentos na loja mais próxima de onde eles vivem. Muitas vezes, é a loja da esquina ou loja de bebidas alcoólicas, com opções limitadas de comprar. Ficar chocado porque alguém “ainda está comprando comida feita por companhias gigantes corruptas e que exploram seus trabalhadores”, é, novamente, sem noção.

Ter uma perspectiva privilegiada, nos aliena dos outros e não ajuda o planeta, os trabalhadores agrícolas ou qualquer outra pessoa. Em vez disso, reconheça que você tem privilégios e use-os para o bem.

(Adaptado de <<https://www.modefica.com.br/5-maneiras-de-fazer-ativismo-ambiental-sem-ser-sem-nocao/#.XwTcdShKiUk>> Acesso em 07 jul. 2020)

Com base em um ou mais itens da coletânea e em seus conhecimentos, argumente sobre a questão abaixo.

Ativismo ambiental

Proposta XVII

Texto I

Os Direitos Reprodutivos são constituídos por princípios e normas de direitos humanos que garantem o exercício individual, livre e responsável, da sexualidade e reprodução humana. É, portanto, o direito subjetivo de toda pessoa decidir sobre o número de filhos e os intervalos entre seus nascimentos, e ter acesso aos meios necessários para o exercício livre de sua autonomia reprodutiva, sem sofrer discriminação, coerção, violência ou restrição de qualquer natureza.

Neste sentido, a atual concepção dos Direitos Reprodutivos não se limita à simples proteção da procriação humana, como preservação da espécie, mas envolve a realização conjunta dos direitos individuais e sociais referidos, por meio de leis e políticas públicas que estabeleçam a equidade nas relações pessoais e sociais neste âmbito.

(Adaptado de <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/direitos_reprodutivos3.pdf> Acesso em 06 jul. 2020)

Texto II

Depois que você é mãe, ter de voltar ao mercado de trabalho parece ser uma das piores e mais dolorosas tarefas a se fazer e muitas confirmam que é mesmo.

Algumas pesquisas afirmam que depois que se é mãe, as mulheres são ótimas funcionárias, mais responsáveis e são as que mais têm inteligência emocional para lidar com equipes, mas o machismo e até a romantização materna que paira na nossa sociedade, faz com que muitos empregadores acreditem que a partir do momento que somos mães, nossa única função na vida deverá ser somente essa.

Para quem está procurando um emprego, a mesma coisa. Quem nunca passou pelo constrangimento de ser questionada sobre o cuidado com os filhos? O mais interessante (e muito triste), é que esse tipo de constrangimento não foi relatado por homens, e o motivo a gente já sabe qual é.

Numa pesquisa realizada pela MindMiners com mais de 500 mulheres que são mães sobre o mercado de trabalho, 34% delas estão em regime CLT, seguido de 24% sem trabalhar, as demais porcentagens estão divididas entre PJ e Empreendedorismo. Os principais fatores da baixa de mulheres mães no mercado se dá pelo preconceito.

(Disponível em <<https://maternativa.com.br/2020/02/27/maternidade-e-mercado-de-trabalho-uma-jornada-nada-facil/>> Acesso em 07 jul. 2020)

Texto III

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 47 mil mulheres morram todos os anos no mundo por complicações relacionadas a abortos clandestinos. No final de 2015, milhares de mulheres foram às ruas protestar contra um projeto do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) que

dificulta a interrupção da gravidez mesmo em casos de estupro. E, no início deste ano, a questão voltou à tona após a Organização Mundial da Saúde (OMS) sugerir a permissão de aborto em casos de fetos com microcefalia. Na teoria, o procedimento é proibido — mas, na prática, mais de 2 mil mulheres abortam todos os dias no Brasil.

Há quatro anos, o ministro do Superior Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, iniciou sua argumentação de 80 páginas para defender a legalização do aborto de fetos anencéfalos com um trecho de um sermão de Padre Antônio Vieira, orador português do século 16.

“O tempo e as coisas não param. Os avanços alcançados pela sociedade são progressivos. Inconcebível, no campo do pensar, é a estagnação”, afirmou o ministro durante seu voto, que colocou os casos de anencefalia entre as exceções à lei que tipifica o aborto como um crime. Além desses casos, as mulheres brasileiras podem interromper uma gravidez que teve origem em um estupro ou que coloque a vida delas em risco.

Em alguns países, porém, o aborto é totalmente legalizado — ou permitido em alguns estados, como é o caso dos Estados Unidos. Há também aqueles que liberam o aborto por razões socioeconômicas, permitindo às mulheres o acesso a procedimentos seguros. Outras nações, no entanto, exigem a permissão dos pais ou do marido. E algumas têm duras penas para mulheres que abortam: em El Salvador, elas podem ser condenadas a até 30 anos de prisão por homicídio.

(Disponível em <<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2016/06/entenda-como-funciona-o-aborto-no-brasil-e-no-mundo.html>> Acesso em 07 jul. 2020)

Com base em um ou mais itens da coletânea e em seus conhecimentos, argumente sobre a questão abaixo.

Os direitos reprodutivos no Brasil

Proposta XVIII

Texto I

Educação domiciliar ou ensino doméstico consiste em realizar o processo de educação em casa, não na escola.

Esse modelo de educação se contrapõe à noção da educação como uma responsabilidade compartilhada entre a família e a escola, na qual caberia a essa última proporcionar o conhecimento científico/acadêmico, e à família caberia ensinar valores e outras questões mais subjetivas.

Na educação domiciliar, a família assume por inteiro a responsabilidade de educar a criança ou jovem, sem a participação de uma instituição de ensino.

(Disponível em <<https://www.politize.com.br/educacao-domiciliar-o-homeschooling-deve-ser-permitido-no-brasil/>> Acesso em 06 jul. 2020)

Texto II

Ensino domiciliar

- O que é

Consiste na possibilidade de os pais deixarem de matricular seus filhos na escola e educá-los em casa.

- Como funciona nos EUA

O chamado homeschooling é permitido, com regras que variam em cada Estado – que têm autonomia para criar leis próprias. Segundo a Associação de Defesa Legal do Ensino Domiciliar (HSLDA, na sigla em inglês), dos 50 Estados norte-americanos, seis possuem alta regulamentação, ou seja, são exigidas provas regulares para avaliar o aprendizado e a qualificação dos pais para ensinar e até visitas nas residências. Em 19 deles, a regulamentação é considerada moderada e, em 25, há poucas regras, ou nenhuma.

- Propostas no Brasil

O governo Bolsonaro apresentou, em abril, Projeto de Lei para regulamentar o ensino domiciliar. A proposta prevê que pais ou responsáveis apresentem plano pedagógico e que estudantes façam avaliações anuais. Um projeto também tramita na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

- Prós

Defensores afirmam que o modelo garante mais segurança às crianças e aos jovens e que é uma forma de os pais controlarem a qualidade do aprendizado, além de evitar casos de bullying.

- Contras

Críticos argumentam que a educação domiciliar limita a socialização das crianças, que seriam privadas da diversidade de pessoas e de ideias, e que favoreceria casos de violência infantil.

(Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2019/05/ensino-domiciliar-escolas-publico-privadas-vouchers-conheca-o-modelo-americano-que-seduz-governo-brasileiro-cjwc0edcv01k401qtb3b32xrv.html>> Acesso em 07 jul. 2020)

Texto III

Em tempos de pandemia do coronavírus, a educação domiciliar vem ganhando força. Em função da suspensão das aulas presenciais, algumas escolas estão oferecendo aos estudantes atividades e conteúdos pedagógicos para este momento de recesso obrigatório. Os partidários do homeschooling têm uma adaptação mais fácil a essa nova realidade, uma vez que já exercitam esta prática.

Com objetivo de diminuir as consequências da crise na educação no estado, a Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro (Alerj) realizou no dia 25 de março uma sessão plenária para votar nas propostas do governo contra a pandemia do coronavírus. Mas, o projeto que tratava de educação domiciliar, foi encaminhado à secretaria e conselho estadual de educação para análise e parecer, ficando sem regulamentação a modalidade de ensino.

É importante esclarecer que não se pode confundir educação domiciliar com a ensino a distância. Na EAD há uma grade curricular e matérias bem específicas do mesmo modo de uma escola tradicional.

Para que a educação não pare no Brasil, o MEC autorizou que escolas substituíssem aulas presenciais pela modalidade a distância por 30 dias prorrogáveis. Nesta semana, o Conselho Nacional de Educação autorizou a medida para todas as etapas de ensino – como diretriz para a reorganização do calendário escolar e acadêmico de 2020. O parecer ainda precisa de homologação do MEC.

(Disponível em < <https://desafiosdaeducacao.grupo.com.br/educacao-domiciliar-pandemia/>> Acesso em 07 jul. 2020)

Com base em um ou mais itens da coletânea e em seus conhecimentos, argumente sobre a questão abaixo.

Educação domiciliar

Proposta XIX

Texto 1

“Todos os homens buscam a felicidade. E não há exceção. Independentemente dos diversos meios que empregam, o fim é o mesmo. O que leva um homem a lançar-se à guerra e outros a evitá-la é o mesmo desejo, embora revestido de visões diferentes. O desejo só dá o último passo com este fim. É isto que motiva as ações de todos os homens, mesmo dos que tiram a própria vida.”

(Blaise Pascal)

Texto 2

“E a vida!
E a vida o que é?
Diga lá, meu irmão
Ela é a batida
De um coração
Ela é uma doce ilusão
Hê! Hê!...
E a vida
Ela é maravilha
Ou é sofrimento?
Ela é alegria
Ou lamento?
O que é? O que é?
(...)
Você diz que é luxo e prazer
Ele diz que a vida é viver
Ela diz que melhor é morrer
Pois amada não é
E o verbo é sofrer...”

(Trecho de *O que é, o que é?*, composição: Gonzaguinha)

Texto 3

"Freegans" vivem de lixo para reverter desperdício

Movimento que prega existência frugal e combate consumo ganha força nos EUA

Sob filosofia da reciclagem e reaproveitamento, adeptos evitam compras e coletam alimentos jogados fora por mercados e restaurantes

Denyse Godoy, de Nova York



Eles podem representar os primórdios ou o futuro da humanidade. Os freegans -"free" (livre ou grátis) + "vegan" (vegetariano)- valorizam o senso de comunidade e obtêm os meios para sua subsistência principalmente da coleta. Em um momento de grande preocupação com a ameaça aos habitantes do planeta que a mudança climática apresenta, e sendo o estilo de vida dos homens apontado como o grande responsável, a filosofia freegan, que nasceu nos EUA em meados da década de 1990, tem ganhado mais força e adeptos.

"Eu estava com mais ou menos 17 anos quando decidi me recusar a participar desse sistema de grandes corporações que exploram o trabalho alheio, do hábito de consumir por consumir, da extrema competição entre as pessoas. Resolvi não compactuar com o capitalismo", explica Adam Weissman, 29, um dos líderes dos freegans em Nova York. Ao menos uma vez por semana eles se encontram nas ruas da rica Manhattan para conseguir alimentos. E, já que a palavra comprar não faz parte do seu vocabulário, a tática que lhes resta é o chamado "dumpster diving" -um mergulho exploratório no lixo.

(Folha de São Paulo, domingo, 04 de novembro de 2007)

Texto 4

A felicidade é algo tão subjetivo quanto científico. Biologicamente, poderíamos falar em serotonina e ocitocina, ou outros nomes difíceis de neurotransmissores (mensageiros químicos) que estão relacionados com a existência dessa sensação. Mas psicologicamente a história é outra. Como a maioria dos sentimentos, substantivos abstratos, felicidade representa algo diferente para cada ser humano. De acordo com a "psicologia positiva", não precisamos esperar que a felicidade dê as caras: ela está ao alcance das nossas mãos. Mas até que ela virou uma ditadura não tão feliz assim. Essa obrigação de ser feliz não é novidade, mas ninguém realmente sabe quem primeiro cunhou essa regra – e como ela se tornou o objetivo de vida de quase todo mundo. O que se sabe é que ela vem machucando: "a depressão é o mal de uma sociedade que decidiu ser feliz a todo preço", diz o escritor francês Pascal Bruckner no livro *A Euforia Perpétua*. E ele estava certo: um novo estudo da Universidade de Melbourne, Austrália, finalmente concluiu que a infelicidade de muita gente é causada pela tentativa incessante de ser feliz.

(Disponível em <<https://super.abril.com.br/comportamento/obsessao-por-felicidade-pode-deixar-voce-extremamenteinfeliz/>> Acesso em 06 jul. 2020)

Com base em um ou mais itens da coletânea e em seus conhecimentos, argumente sobre a questão abaixo.

A obsessão pela felicidade no contemporâneo

Proposta XX

TEXTO 1

Por que temos filhos?

A pergunta do título comporta vários níveis de resposta. No plano biológico, a reprodução é um imperativo, fazendo parte de várias das definições de vida. Mas a biologia é só parte da história. A paternidade também encerra dimensões culturais, econômicas e emocionais.

Inspirado em “Anti-Pluralism”, de William Galston, arrisco algumas reflexões sobre a matéria.

Até o começo do século 19, filhos eram um ativo econômico. Ajudavam desde cedo com o trabalho doméstico, colaborando para o bem-estar da família, e ainda faziam as vezes de plano de aposentadoria para os pais.

Hoje, contudo, crianças ficaram caras. E, para piorar, elas demoram muito até começar a trazer contribuições econômicas. Como observa Galston, no espaço de dois séculos, a criação de filhos deixou de ser um bem privado para tornar-se um bem público.

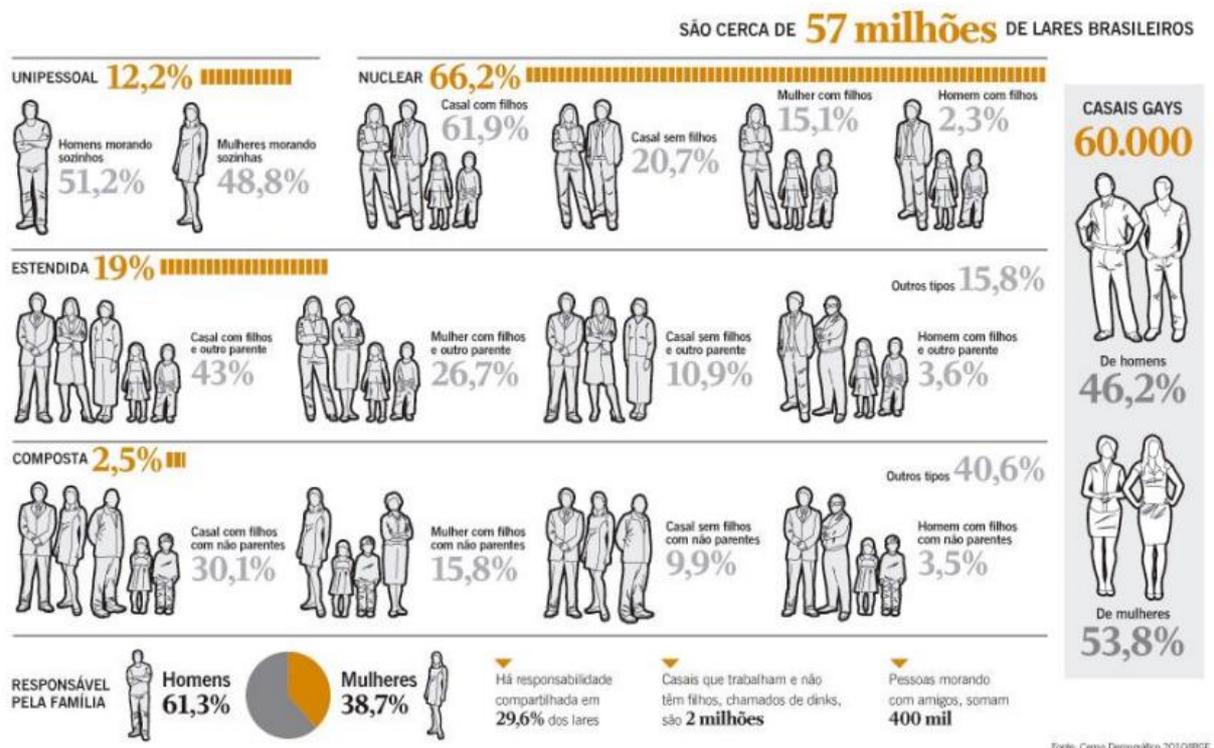
Embora a paternidade possa trazer recompensas emocionais, do ponto de vista estritamente econômico, ela favorece a sociedade como um todo, enquanto a maior parte dos custos recai sobre os genitores.

E por que crianças beneficiam a sociedade? A crer na análise de economistas como Julian Simon, riqueza são pessoas. Quanto mais gente, melhor, já que são indivíduos que têm ideias (além de consumir produtos) e são as novas ideias que vêm assegurando o brutal aumento de produtividade a que assistimos nos últimos 200 anos.

E isso nos coloca diante de um dos grandes dilemas dos tempos modernos. Para assegurar a sustentabilidade da exploração dos recursos naturais do planeta, precisaríamos estabilizar ou até reduzir a população. Só que fazê-lo é uma espécie de suicídio econômico, já que ficaria muito difícil manter taxas positivas de crescimento, sem as quais instituições como previdência e até democracia representativa podem entrar em colapso.

(Hélio Schwartzman. Folha de S.Paulo. Adaptado)

TEXTO 2



(Disponível em: < http://www.sociologia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/uploads/6/1386683820dados_familia.jpg Acesso em 30 jan. 2020)



Com base em um ou mais itens da coletânea e em seus conhecimentos, argumente sobre a questão abaixo.

Os novos arranjos familiares no século XXI

Proposta XXI

Texto I

[Contém ironia]. Chegou em nós a pandemia, me disseram. Por nós, presumo que seja os 10% mais ricos do país (R\$ 5.000 por mês ou mais). Ouço rumores de guerras por papel higiênico nos Jardins.

Não tem Lollapalooza. Não tem Disney. Não tem Broadway. Não tem Veneza, não tem Barcelona. Não tem real que pague o dólar a R\$ 5. Caos.

Façamos todos home-office. Restou a nós viver dentro dos nossos Macbooks vendo a vida lá fora por meio das reuniões virtuais tediosas. Torcendo, ao lado do cinismo guedesiano, para que as reformas estruturais nos salvem da pandemia. Sem precisarmos rever meta fiscal, ou solicitar créditos extraordinários, ou rever o novo regime fiscal que tende à redução do financiamento do SUS (em 2019 foram R\$ 9 bilhões a menos) por conta da mudança do cálculo.

Restou a nós o isolamento. Menos para a empregada doméstica. Ela, se não tiver ido pra Disney, ela, que é praticamente de casa, segue trabalhando mesmo para o casal em quarentena. Ela, cujos filhos estão agora sozinhos em casa sem ter com quem deixar.

Esforços coletivos padecem sempre do mesmo dilema clássico: limitação informacional.

Cada indivíduo possui informações incompletas da realidade. Permitir que a soma das vontades individuais dite como reagir a uma pandemia que, por definição, exige coordenação, expõe a doença do nosso individualismo.

Por aqui, a ausência de leitos no SUS requer de nós solidariedade e cautela: sistema de saúde colapsará se todos, em especial os assintomáticos, a ele recorrerem ao mesmo tempo.

Condições subumanas estruturais —como metade da população sem saneamento básico— atingem em especial os mais pobres, tornando-os mais vulneráveis à pandemia.

Cidades desiguais e sem mobilidade urbana adequada impõem a muitas pessoas longas viagens diárias e, portanto, maior exposição.

Desmantelar os sistemas de solidariedade construídos a tanto custo —como por meio da uberização sem garantias trabalhistas— significa que para muitos não trabalhar em tempos de pandemia significa também não receber.

Coronavírus é sério e requer cuidados imediatos.

Quanto ao indivíduo, responsabilidade nas escolhas que fazemos: seja nas interações sociais com os mais velhos, seja nas compras no supermercado, seja na higiene pessoal, seja ao evitar aglomerações.

Requer, ainda, um olhar atento para além dos nossos umbigos: quais são as condições estruturais que colocam outros em situação mais vulnerável?

Para responder a esta pergunta, sem a parcela competente e a técnica do funcionalismo que temos na área da saúde, estaríamos à mercê de terraplanistas não-vacinados. Não estamos.



Individualismo não é o remédio para a pandemia que o coronavírus nos impõe.

(Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/thiago-amparo/2020/03/o-virus-do-individualismo.shtml>> Acesso em 07 jul. 2020)

Texto II

Na China existem 200 milhões de câmeras de vigilância, muitas delas com uma técnica muito eficiente de reconhecimento facial. Captam até mesmo as pintas no rosto. Não é possível escapar da câmera de vigilância. Essas câmeras dotadas de inteligência artificial podem observar e avaliar qualquer um nos espaços públicos, nas lojas, nas ruas, nas estações e nos aeroportos.

Toda a infraestrutura para a vigilância digital se mostrou agora ser extremamente eficaz para conter a epidemia. Quando alguém sai da estação de Pequim é captado automaticamente por uma câmera que mede sua temperatura corporal. Se a temperatura é preocupante todas as pessoas que estavam sentadas no mesmo vagão recebem uma notificação em seus celulares. Não é por acaso que o sistema sabe quem estava sentado em qual local no trem. As redes sociais contam que estão usando até drones para controlar as quarentenas. Se alguém rompe clandestinamente a quarentena um drone se dirige voando em sua direção e ordena que regresse à sua casa. Talvez até lhe dê uma multa e a deixe cair voando, quem sabe. Uma situação que para os europeus seria distópica, mas que, pelo visto, não tem resistência na China.

(Disponível em < <https://brasil.elpais.com/ideas/2020-03-22/o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofo-byung-chul-han.html>> Acesso em 8 jul. 2020)

Texto III

Neste momento de combate ao novo coronavírus, a solidariedade se tornou uma das principais armas contra a pandemia. Muitos voluntários têm se mobilizado para ajudar pessoas em estado de vulnerabilidade social, idosos — mais suscetíveis a complicações da Covid-19 — e quem precisa de apoio psicológico.

Distribuição de alimentos, doação de produtos de higiene pessoal e consultas gratuitas são algumas das ações solidárias que se espalham pelo país. São cidadãos e instituições se unindo para enfrentar e superar uma das maiores crises de saúde pública do mundo.

De acordo com Cris Fernández Andrada, professora do Departamento de Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a principal motivação das iniciativas solidárias está relacionada ao reconhecimento da dor do outro. “Seres humanos são seres coletivos que se identificam com a mesma condição diante de crises agudas que ameaçam nossa existência”, explica.

(Disponível em < <https://saude.abril.com.br/bem-estar/a-solidariedade-se-multiplica-durante-a-pandemia-de-covid-19/>> Acesso em 08 jul. 2020)

Com base em um ou mais itens da coletânea e em seus conhecimentos, argumente sobre a questão abaixo.

Coletividade e Individualidade na pandemia



Proposta XXII

Texto I

Necessidade de classificação

O homem tem a necessidade dar nomes a tudo o que ele conhece para organizar esses conhecimentos. Sendo assim, um dos trabalhos fundamentais das ciências é nomear todos os seus objetos de estudo e classificá-los, segundo critérios definidos, para facilitar a sua localização quando for necessário.

Os critérios de classificação são definidos pelos seres humanos, e assim os grupos se estruturam. Em um trabalho de classificação, portanto, o primeiro passo é estabelecer um único critério de classificação.

Aristóteles foi o primeiro cientista que procurou classificar os seres vivos. Ele dividia os seres vivos em dois grandes grupos: animais e vegetais. Após a morte do sábio grego os estudos sobre os seres vivos ficaram praticamente esquecidos e só foram retomados a partir do século 14, com o Renascimento. Nessa época os artistas passaram a se interessar pela anatomia do homem e dos animais. A classificação dos seres vivos passou a ser uma grande preocupação dos naturalistas dessa época.

As classificações biológicas baseavam-se na observação direta dos indivíduos. Os pesquisadores estavam preocupados com a forma. Mas, imagine quanta confusão não apareceu? Uma lagarta é totalmente diferente de uma borboleta na sua forma, entretanto são duas fases da vida de um mesmo ser. Na realidade existem vários critérios diferentes de classificação que foram adotados ao longo dos tempos.

(Disponível em <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/ciencias/classificacao-dos-seres-vivos-como-e-por-que-classifica-los.htm>> Acesso em 08 jul. 2020)

Texto II

Temos vivido a era dos direitos humanos, mas por desconhecer o poder de influência que a mídia, através dos meios de comunicação, exerce em nossas vidas, em como penetra em nossa mente, não percebemos que nossos direitos jamais foram tão violados como nos dias de hoje. Temos visto um verdadeiro massacre humano, de mulheres, adolescentes se matando para atingir um inatingível padrão de beleza imposto pela mídia. Em uma sociedade democrática, as mulheres tornaram-se escravas da indústria da beleza, tão difundida pelos meios de comunicação, os quais tem dilacerado a nossa juventude, pessoas que estão perdendo o prazer de viver, tornando-se solitárias, por estarem inconformadas com sua forma física, controlam alimentos que ingerem, para não engordar; esta escravidão assassina a autoestima, produz uma guerra contra o espelho e gera uma auto rejeição terrível.

Diante disso, procuramos mostrar através de pesquisas, o que estas influências tem feito com nossa juventude, sendo estes os motivos que levaram o rumo desta pesquisa, a não conformação com esta situação, este massacre, de pessoas se matando para estarem como os meios de comunicação difundem que tem que ser para se dar bem na vida. O que leva uma pessoa a se destruir dessa forma? A perder o prazer de viver? Tudo isso para atingir um padrão de beleza? Estas indagações não nos deixa calar diante dessa fábrica de pessoas doentes e frustradas que tem sido nossa sociedade.

(Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/_ed794_o_padrao_de_beleza_imposto_pela_midia/> Acesso em 08 jul. 2020)



Texto III

Triste, louca ou má
Será qualificada
Ela quem recusar
Seguir receita tal
A receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina
Só mesmo, rejeita
Bem conhecida receita
Quem não sem dores
Aceita que tudo deve mudar

(Triste, Louca ou Má – Francisco El Hombre)

Com base em um ou mais itens da coletânea e em seus conhecimentos, argumente sobre a questão abaixo.

A prática humana de classificar e buscar padrões

Proposta XXIII

Texto I

O QUE É A “SITUAÇÃO DE RUA”?

Pessoas que passam as noites dormindo nas ruas, sob marquises, em praças, embaixo de viadutos e pontes são consideradas pessoas em situação de rua. Além desses espaços, também são utilizados locais degradados, como prédios e casas abandonados e carcaças de veículos, que têm pouca ou nenhuma higiene.

Os “moradores de rua” são um grupo heterogêneo, isto é, pessoas que vêm de diferentes vivências e que estão nessa situação pelas mais variadas razões. Há fatores, porém, que os unem: a falta de uma moradia fixa, de um lugar para dormir temporária ou permanentemente e vínculos familiares que foram interrompidos ou fragilizados.

As características acima foram conceituadas em 2005 pelo Ministério do Desenvolvimento Social como os fatores intrínsecos à condição de rua e constam na Política Nacional para a População em Situação de Rua (decreto nº 7.053 de 2009), sobre a qual falaremos mais à frente.

Disponível em <<https://www.politize.com.br/pessoas-em-situacao-de-rua/>> Acesso em 08 jul. 2020

Texto II

No dia 2 de março de 1894, o Diário Oficial de São Paulo publicava o código sanitário do estado, que contava com um capítulo dedicado exclusivamente para as “habitações de casas pobres”. De acordo com a lei promulgada pelo governador Bernardino José de Campos Júnior, estava “terminantemente proibida a construção de cortiços, convindo que as

municipalidades providenciem para que desapareçam os existentes”. Influenciados pela inauguração das avenidas largas de Paris, os políticos brasileiros do início do período republicano utilizavam o discurso científico para iniciar as reformas urbanas que moldariam a maneira pela qual as cidades são planejadas.

Embora fosse a capital do país, o Rio de Janeiro do início do século 20 ainda conservava características do período colonial, com ausência de uma infraestrutura de saneamento básico, o que contribuía para a propagação de epidemias, como varíola e febre amarela — doença transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*, velho conhecido das autoridades cariocas. “A ideologia da higiene surgiu como justificativa para transformar radicalmente o perímetro urbano próximo à região dos portos, derrubando os antigos cortiços, vistos como foco das doenças”, diz o historiador Humberto Salustriano da Silva, mestre em Planejamento Urbano pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) que, em uma tese, analisou a formação das favelas cariocas e as políticas de remoção na cidade.

Entre os anos de 1902 e 1906, o prefeito Pereira Passos iniciou uma reforma no Rio de Janeiro que incluía a construção de avenidas largas e de prédios inspirados na arquitetura europeia, além da derrubada de imóveis considerados sanitariamente inapropriados, como cortiços. Justificada pela prevenção de epidemias, a política higienista de Pereira Passos resultaria na expulsão da população mais pobre das áreas centrais da cidade, e contribuiria para que essas pessoas fossem estigmatizadas como portadoras de doenças transmissíveis e de “vícios morais”.

Para não se distanciar dos locais de trabalho, as pessoas expulsas se deslocaram para os morros situados no entorno da região central: primeira favela carioca, o Morro da Providência foi um dos locais de aglomeração das construções improvisadas. Um século depois, as políticas de remoção voltaram à tona como estratégia para remodelar a configuração urbana. Na Vila Autódromo, zona oeste carioca, 430 famílias foram removidas ainda em 2014 em função da construção do Parque Olímpico. Elas foram reassentadas em conjuntos habitacionais ou receberam indenizações em dinheiro.

Disponível em <<https://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2017/05/o-que-voce-faz-para-mudar-sua-cidade.html>> Acesso em 08 jul. 2020

Texto III

Por meio de cartas, plataformas online e ofícios endereçados ao poder público (até agora sem resposta), eles propõem a utilização de hotéis como abrigos temporários. Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de São Paulo (ABIH - SP), a taxa de vacância na cidade chega a 95%.

Dados do último censo realizado pela prefeitura de São Paulo no ano passado mostram que há 24.344 pessoas em situação de rua na cidade, dentre as quais 11.048 na região central. Para acolhê-las, a SMADS utilizou a estrutura de clubes do município, fechados em razão da quarentena, nos quais dispôs camas e beliches distanciados em um metro. Os locais possuem chuveiros, assistência médica e social e funcionam 24 horas.

No total, são 594 vagas distribuídas em sete centros, nas regiões da Sé e da Luz, de Santo Amaro, Santana, Mooca, Lapa e Vila Clementino, que se somam aos 89 que já existiam. A previsão da prefeitura é que as estruturas custem, por mês, cerca de R\$ 1 milhão.

Para a urbanista Simone Gatti, as medidas tomadas pela prefeitura até agora são importantes, mas não restringem a circulação de pessoas. "Essas ações ampliam e melhoram as condições do serviço público, mas não trabalham com isolamento social. É importante entender que são coisas diferentes. O isolamento é necessário, sobretudo, para impedir a transmissão do vírus", diz ela, que trabalha no programa de monitoramento sobre políticas sustentáveis na América Latina da ONU Habitat e é representante do Instituto de Arquitetos do Brasil em São Paulo (IAB) no Conselho Municipal de Política Urbana e da comissão executiva da operação urbana do centro.

Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52390830>> Acesso em 08 jul. 2020.

Com base em um ou mais itens da coletânea e em seus conhecimentos, argumente sobre a questão abaixo.

Políticas higienistas e a população de rua no Brasil

Proposta XXIV

Texto I

Assim como o racismo acontece de formas diferentes para cada tipo de grupo e/ou indivíduo, também existem diferentes variações para essa prática. Aqui, vamos explicar brevemente cada uma delas.

- Racismo cultural: O racismo cultural defende que uma cultura seja superior à outra. Pode ser exposto por meio de crenças, músicas, religiões, idiomas e afins, tudo que englobe cultura;
- Racismo comunitarista: Também conhecido como preconceito contemporâneo, esse tipo de racismo acredita que a raça não é biológica e sim, vinda de uma etnia ou cultura;
- Racismo ecológico (ou ambiental): praticado contra à natureza ("mãe terra"), afetando comunidade e grupos;
- Racismo individual: parte de atitudes, interesses e pensamentos pessoais, inclusive de estereótipos;
- Racismo institucional: praticado por instituições e comprovado por números, dados e estatísticas. Acontece em lugares que os negros são marginalizados – trabalho, educação - . Um exemplo é a porcentagem de vereadores negros eleitos nas eleições de 2016 em relação aos brancos. São 29,11% contra 70,29%, respectivamente;
- Racismo primário: não conta com justificativas, acontece de forma mais psicológica e emocional.

(Disponível em <<https://www.politize.com.br/racismo-como-e-estruturado/>> Acesso em 08 jul. 2020)

Texto II

Alguns anos atrás, eu visitei o México, saindo dos EUA. O clima político nos EUA àquela época era tenso. E havia debates sobre imigração. E, como frequentemente acontece na América,

imigração tornou-se sinônimo de mexicanos. Havia histórias infundáveis de mexicanos como pessoas que estavam espoliando o sistema de saúde, passando às escondidas pela fronteira, sendo presos na fronteira, esse tipo de coisa.

Eu me lembro de andar no meu primeiro dia por Guadalajara, vendo as pessoas indo trabalhar, enrolando tortillas no supermercado, fumando, rindo. Eu me lembro que meu primeiro sentimento foi de surpresa. E então eu fiquei oprimida pela vergonha. Eu percebi que eu havia estado tão imersa na cobertura da mídia sobre os mexicanos que eles haviam se tornado uma coisa em minha mente: o imigrante abjeto. Eu tinha assimilado a única história sobre os mexicanos, e eu não podia estar mais envergonhada de mim mesma.

É assim, pois, que se cria uma única história: mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão.

É impossível falar sobre única história sem falar sobre poder. Há uma palavra, uma palavra da tribo Igbo, que eu lembro sempre que penso sobre as estruturas de poder do mundo, e a palavra é nkali. É um substantivo, que livremente se traduz: "ser maior do que o outro." Como nossos mundos econômicos e políticos, histórias também são definidas pelo princípio do nkali.

Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder.

Poder é a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas de fazer a história definitiva daquela pessoa. O poeta palestino Mourid Barghouti escreve que se você quer destituir uma pessoa, o jeito mais simples é contar sua história, e começar com "em segundo lugar".

Comece uma história com as flechas dos nativos americanos, e não com a chegada dos britânicos, e você tem uma história totalmente diferente.

Comece a história com o fracasso do estado africano e não com a criação colonial do estado africano e você tem uma história totalmente diferente

(O perigo de uma história única. Chimamanda Ngozi Adichie)

Texto III

Hoje é véspera do 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra. Dia em que Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, foi perseguido e morto, no ano de 1695. Embora a data venha sendo lembrada há tempos pelo Movimento Negro, apenas em 2003 foi reconhecida oficialmente pelo Estado brasileiro, por meio da Lei nº10.639, que inclui a data no calendário escolar nacional. E só em 2011 a presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.519, que cria oficialmente a data, sem obrigatoriedade de feriado. Mesmo assim, um total de 1.047 municípios já decretou feriado para o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.

Para além da reflexão sobre a contribuição que a população negra teve e tem na construção da sociedade, da economia e da cultura brasileiras, a data serve também para lembrar que a desigualdade racial é estruturante na formação da nossa sociedade, e que o desenvolvimento de políticas de enfrentamento ao racismo e de promoção da igualdade racial são primordiais.

E o que isso tem a ver com comunicação? Muita coisa. Porque, se consciência negra tem a ver com enfrentamento ao racismo, e o racismo é frequentemente produzido e reproduzido pelos discursos midiáticos, não há como enfrentá-lo sem também reconhecer a necessidade de

mudanças na comunicação de massa no Brasil, tradicionalmente branca, concentrada, de natureza familiar e elitista.

Como se não bastasse o histórico de escravização, que tem notórios reflexos sobre a situação de inferioridade socioeconômica e cultural em que a população negra brasileira se encontra hoje, esta população ainda luta, em pleno século XXI, contra o racismo midiático, que elabora e reforça os preconceitos. Este racismo velado (ou não) atua com primazia para reforçar a invisibilidade, a inferiorização e a estigmatização da população negra brasileira nos meios de comunicação. A negação da existência do racismo, que contribui para a sua reprodução, também faz parte da forma de atuação desta grande mídia.

(Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/enfrentamento-ao-racismo-e-consciencia-negra-e-a-comunicacao-com-isso-6574/>> Acesso em 08 jul. 2020)

Com base em um ou mais itens da coletânea e em seus conhecimentos, argumente sobre a questão abaixo.

O enfrentamento ao racismo no século XXI

Proposta XXV

TEXTO I

A globalização no enfrentamento do coronavírus

A corrida mundial para reforçar a vigilância sanitária em fronteiras, até mesmo com o fechamento delas, a exemplo do que fez a Rússia nos 4 mil quilômetros que compartilha com a China, parece a realização do sonho dos isolacionistas dos movimentos antiglobalização. Na verdade, este autonomismo seria um pesadelo. Da Coreia do Norte, uma ditadura que resulta do stalinismo mais tenebroso misturado com os temores de George Orwell, nada se sabe, como sempre. Talvez lá não tenha coronavírus. Mas também não há comida.

Na quinta-feira, a Organização Mundial da Saúde (OMS), depois de haver recuado em um primeiro momento, resolveu decretar “emergência de saúde pública de interesse internacional”. A medida aciona diversos protocolos a serem seguidos pelos países. Eles facilitam a troca de informações sobre a evolução da doença e de cunho científico, abrem o acesso de todos a medicamentos antivirais, permitem o esforço conjunto para desenvolvimento de vacina e ainda patrocinam o combate a discriminações e a estigmas surgidos em meio à epidemia. Por exemplo, o fechamento de países a chineses. A OMS demonstra preocupação, além da obstrução indiscriminada de fronteiras, com uma retração abrupta e desastrosa do comércio com a China, e seu isolamento, que é impensável, por se tratar da segunda economia do mundo. Mas cuidados têm de ser tomados.

Até o início da tarde de ontem, o Coronavírus havia matado 213 pessoas, todas na China, e contaminado no país 9.800. A doença havia sido detectada em 19 outras nações. Até agora, a letalidade do vírus tem estado abaixo da verificada pelo coronavírus que em 2013 também surgiu na China. Mas a velocidade de propagação atual levou a OMS a decretar o estado de emergência.



A integração entre os países, e não seu isolamento, tem sido fator relevante no enfrentamento da crise. O fluxo de informações dentro da comunidade internacional, por meio da OMS, serve para tranquilizar as populações, sem esconder o potencial de gravidade da epidemia.

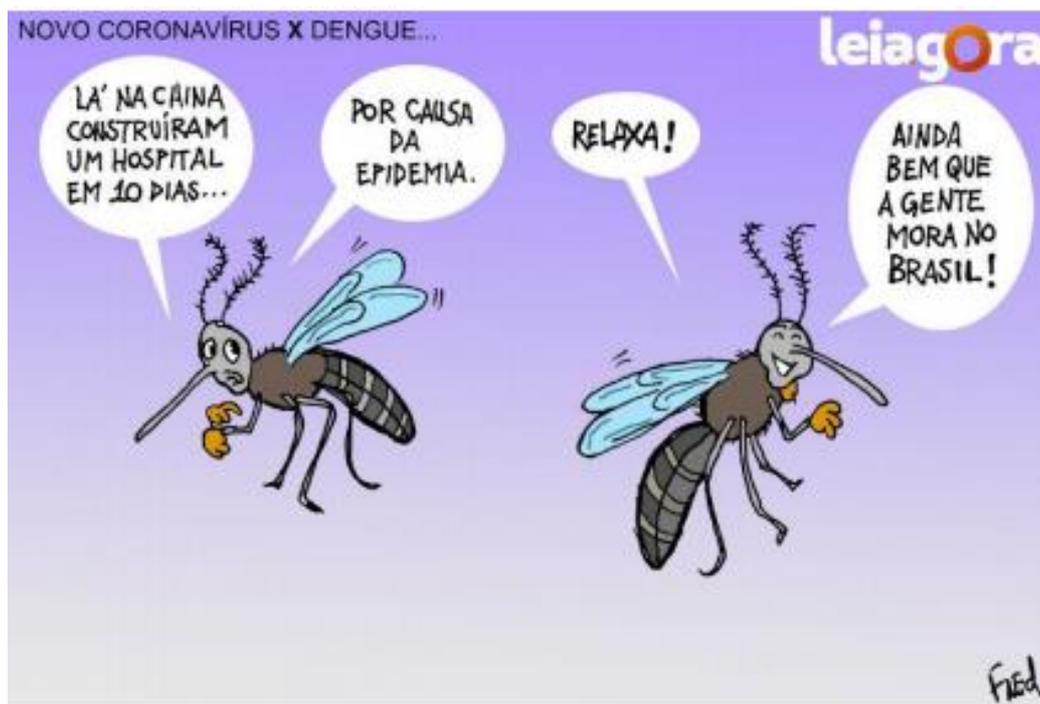
O comando da OMS, geralmente com seu diretor-geral, Tedros Adhanom Ghebreyesus, à frente, tem dado entrevistas à imprensa mundial, para atualizar estatísticas e tirar dúvidas. Secretários do Ministério da Saúde fazem o mesmo no Brasil. É uma ação correta, porque também serve para desmentir incontáveis fake news que circulam nas redes sociais. Boatos surgem em escala planetária.

A entrevista coletiva diária dos secretários tem passado a tranquilizadora ideia de que há um sistema de saúde mobilizado, de que são parte laboratórios públicos confiáveis, como a Fiocruz e o Adolfo Lutz.

Além disso, há uma integração mundial para tratar da epidemia. Essa proximidade entre instituições de saúde no mundo inteiro é a única forma eficaz de se conter este ou qualquer outro vírus.

<https://oglobo.globo.com/opiniao/a-globalizacao-no-enfrentamentodo-coronavirus-1-24223782>

TEXTO II



Com base em um ou mais itens da coletânea e em seus conhecimentos, argumente sobre a questão abaixo.

Os desafios da saúde pública brasileira no combate às epidemias: o retorno do sarampo e a medicina preventiva.

Proposta XXVI

TEXTO 1

A valorização da música e a desvalorização do músico

A pandemia do Covid-19 expõe a vulnerabilidade do trabalho musical pós-digital

Nas respostas à crise do coronavírus, a música tem sido uma das principais protagonistas. Nas varandas, nas lives no Instagram e no Facebook, nas manifestações encabeçadas por celebridades a favor do isolamento social, nos festivais virtuais independentes ou patrocinados, só dá ela. A música até nos pareceu uma resposta natural ao momento necessário de coletividade, união e conscientização, afinal "music makes the people come together", já cantava a bola a hitmaker Madonna na virada do milênio (em "Music", 2000).

Públicos, cativos ou não, encontraram na música uma distração para a árdua tarefa de ficar em casa, fazer parte da construção de barreiras para frear a transmissão do vírus e aplacar a angústia que traz a falta de respostas governamentais efetivas para evitar o colapso econômico que se anuncia. Sem dúvidas, como muitos colegas críticos de música têm celebrado, são lindas e louváveis as iniciativas de músicos e produtores que vêm disponibilizando seu tempo e seu trabalho (frise-se!) para shows virtuais cem por cento na faixa. Porém, é nesse trabalho, que agora se espera gratuito, que residem questões profundas e complexas que devem ser postas.

Fazer música, nesta crise humanitária, converteu-se em um sinal de altruísmo, de doação. O artista que não quiser/puder entrar nessa onda de shows gratuitos pode até mesmo ser considerado pouco empático à situação — leitura, inclusive, que já podemos observar em comentários direcionados a determinados artistas nas redes sociais. Essa cobrança e até mesmo queixa que têm assolado alguns artistas mostra que o público, muitas vezes, está alheio a tudo o que pode envolver o fazer música ao vivo e online, como direitos autorais, cinegrafistas, editores, qualidade de equipamentos de imagem e som etc. A falta de empatia, para usar o termo do momento, talvez resida em querer de graça a única coisa que tais artistas têm a nos oferecer: seus shows, suas vozes e suas canções.

Quem paga a conta dos músicos? Aplausos, visualizações e curtidas virtuais, via de regra, não enchem os bolsos do artista nem de toda a cadeia produtiva que está por trás de uma canção gravada, composta ou apresentada (destaquemos aqui a extensa rede de produtores, instrumentistas, compositores, técnicos de som etc.). Embora, em editais e em negociações com casas de espetáculos, o alcance virtual de determinado artista tem contado como um importante argumento para sua contratação, na nova configuração da produção musical independente, é nos shows que a grande maioria dos artistas ganha o seu pão, como o sociólogo Thiago Galletta já apontou em "Cena Musical Paulistana dos Anos 2000: a Música 'Brasileira' Pós-Internet" (2015).

Uma vez que todos os shows, com toda a razão, foram suspensos para auxiliar no controle da pandemia do Covid-19, de onde virá o sustento desses músicos que estão por aí sendo intimados a disponibilizarem seu trabalho como se fossem voluntários em uma espécie de Músicos Sem Fronteiras? O atual desamparo ao qual a classe artística musical está submetida só expõe a fragilidade, a precariedade e a vulnerabilidade do trabalho musical no Brasil nos últimos anos.

(Disponível em: <<https://medium.com/revista-bravo/avaloriza%C3%A7%C3%A3o-da-m%C3%BAsica-e-adesvaloriza%C3%A7%C3%A3o-do-m%C3%BAsicoc5d409008fd3>> Acesso em 15 abr. 2020)

TEXTO 2



(Disponível em: <<http://www.willtirando.com.br/trabalho-e-prazer/>> Acesso em 15 abr. 2020)

TEXTO 3

Tempo e Artista

Chico Buarque

Imagino o artista num anfiteatro
Onde o tempo é a grande estrela
Vejo o tempo obrar a sua arte
Tendo o mesmo artista como tela

Modelando o artista ao seu feitio
O tempo, com seu lápis impreciso
Põe-lhe rugas ao redor da boca
Como contrapesos de um sorriso

Já vestindo a pele do artista
O tempo arrebatá-lhe a garganta
O velho cantor subindo ao palco
Apenas abre a voz, e o tempo canta

Dança o tempo sem cessar, montando
O dorso do exausto bailarino
Trêmulo, o ator recita um drama
Que ainda está por ser escrito

No anfiteatro, sob o céu de estrelas
Um concerto eu imagino
Onde, num relance, o tempo alcance a glória
E o artista, o infinito

(Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/chico-buarque/86064/> Acesso em 15 abr. 2020)

Com base em um ou mais itens da coletânea e em seus conhecimentos, argumente sobre a questão abaixo.

O papel da arte e imagem do artista no contemporâneo.



Proposta XXVII

TEXTO 1

Transumanismo e o uso da tecnologia para aprimorar a condição humana

Por Douglas Ciriaco | 16 de Setembro de 2015

A vida humana é repleta de dúvidas, incertezas e indagações. De frases célebres que se tornaram clichês, como o clássico “de onde viemos e para onde vamos?”, até a incessante busca pela vida eterna e pela imunidade aos efeitos do tempo, nós, humanos, lutamos para permanecer enquanto espécie.

Encaixando essa perspectiva dentro do panorama atual da vida na Terra, com avanços tecnológicos convivendo com crises ambientais, sociais e econômicas, é quase impossível não pensar em um futuro no qual a tecnologia esteja cada vez mais presente, mais do que apenas em nossas casas: também em nossos corpos.

Uma corrente filosófica emergente chamada transumanismo, representada pelo símbolo H+, defende a aplicação da tecnologia avançada na superação dos limites impostos pela condição humana. Limitações intelectuais, físicas e psicológicas podem e devem, de acordo com os transumanistas, ser ultrapassadas com o apoio de biotecnologia, nanotecnologia e neurotecnologia.

Já pensou em implantes oculares capazes de incrementar a sua visão? Ou então microchips que, adicionados ao seu cérebro, permitem ampliar sua capacidade de memória? Ou, indo muito mais além, um conjunto de hardware mecânico que transforme você em ciborgue imortal? Os transumanistas respondem afirmativamente para todas estas questões.

O termo transumanismo foi criado pelo biólogo britânico Julian Huxley, irmão do escritor Aldous Huxley, em 1957. Huxley definia este conceito como “homem continuando homem, mas transcendendo, ao perceber novas possibilidades de e para sua natureza humana”.

Os ideais transumanistas se fundamentam, basicamente, em dois pilares, de acordo com filósofo brasileiro Gledinélvio Silva Santos. O primeiro deles seria o combate ao envelhecimento e, em consequência disso, a morte; o segundo, é o que trata a simbiose entre orgânico e cibernético como o próximo passo da evolução humana.

(Disponível em: <<https://canaltech.com.br/ciencia/transumanismo-e-o-uso-da-tecnologia-para-aprimorar-a-condicao-humana-49223/>> Acessp em 26 mai. 2020)

TEXTO 2

O que explica nosso fascínio com Frankenstein, 200 anos após sua criação?

Lucy Todd, BBC / 3 janeiro 2018

Os filmes de terror estabeleceram a ideia de Frankenstein como a história de um monstro assassino e irracional criado pelo homem. Mas a criação de Shelley era bem diferente.

“Shelley lida com os mesmos temas tratados pelos gregos”, diz Patricia MacCormack, professora de Filosofia da Universidade Anglia Ruskin, no Reino Unido, e autora de estudos sobre obras de terror.

“As boas versões cinematográficas trazem a mesma visão crítica sobre a vida, a nossa busca por propósito e os papéis que desempenhamos. O monstro não escolheu existir e questiona sua própria existência: ‘Como me torno uma boa pessoa?’”

Na obra original, o cientista Victor Frankenstein dá vida a uma criatura com nuances, sensível e curiosa. MacCormack diz que o monstro lida com as mais fundamentais questões humanas: “É a ideia de perguntar ao seu criador qual é seu propósito. Por que estamos aqui? O que podemos fazer?”.

(...)

O romance de Shelley contém elementos fantásticos e de horror, e é a combinação deles que tornam a história um sucesso.

“Ele nos fascina porque fala da relação entre vida e morte”, diz Sorcha Ni Fhlainn, palestrante de Estudos de Cinema da Universidade Metropolitana de Manchester, no Reino Unido, e integrante do Centro de Estudos Góticos de Manchester.

“A morte é absoluta. Então, a ideia de que você pode reanimar a carne é ao mesmo tempo chocante e arrebatadora.”

(Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-42537245>> Acesso em 26 mai. 2020)

TEXTO 3

Haroldo era um robô doméstico
Cozinheiro de forno e fogão
Quebrava o galho na limpeza
Assumindo sua profissão
E de nada reclamava ...
Do trabalho até gostava

De repente ele mudou
Havia alguma coisa errada
Chorava lágrimas de óleo
E já não fazia nada
Sem ter nunca revelado
Ele estava apaixonado

Então começou a desordem na casa
Haroldo irritado brigou com o patrão
Na briga caiu um abridor de latas
Que fez um estrago no seu coração
Cheio de aditivos e sujo de graxa
Morreu sem dizer sua grande paixão ...

(Haroldo, O robô doméstico – Erasmo Carlos)

Com base em um ou mais itens da coletânea e em seus conhecimentos, argumente sobre a questão abaixo.

Ética e responsabilidade social no conhecimento científico



Proposta XXVIII

Texto I

Ficar sozinho pode fazer muito mal. E não só para quem está trancafiado numa cela. Você já deve ter se sentido solitário, e sabe o quão desagradável isso é. A solidão pode ser objetiva, ou seja, derivada de um isolamento real, ou subjetiva, uma sensação criada pela mente (esse tipo de solidão é manifesta, por exemplo, quando nos sentimos sós mesmo estando cercados de outras pessoas). Em ambos os casos, ela é um alerta do organismo para que busquemos a companhia de outras pessoas, o que aumenta nossas chances de sobrevivência. Isso era tão verdadeiro na Pré-História (o homem das cavernas precisava da ajuda do grupo para caçar e se defender de predadores) quanto é no mundo de hoje – se você não fizer networking, fica muito mais difícil conseguir um bom emprego. A novidade é que, por motivos ainda não elucidados, a solidão parece estar aumentando – a ponto de se tornar uma epidemia. Nos EUA, nada menos do que 76% das pessoas apresentam níveis moderados ou altos de solidão, segundo um estudo da Universidade da Califórnia. Na década de 1980, cada americano tinha em média 2,94 amigos “do peito”. Em 2011, a média nacional havia caído para apenas 2,03 amigos próximos. Na Inglaterra, 66% da população apresenta sintomas de solidão crônica; e quase 50% das pessoas acham que o mundo está ficando mais solitário.

(Revista Superinteressante, Edição 407, setembro de 2019. p. 24 e 25.)

Texto II

Qualquer um pode sofrer com solidão crônica: uma criança de 12 anos que muda de escola; um jovem que depois de crescer em uma pequena comunidade sente-se perdido em uma grande cidade; uma executiva que está ocupada demais com sua carreira para manter boas relações com seus familiares e amigos; um idoso que sobreviveu a sua parceira e cuja saúde fraca dificulta fazer visitas. A generalização do sentimento de solidão é surpreendente. Vários estudos internacionais indicam que mais de uma em cada três pessoas nos países ocidentais sente-se sozinha habitualmente ou com frequência. Um estudo de 10 anos que iniciamos em 2002 em uma grande área metropolitana indica que, na verdade, essa proporção aproxima-se mais de uma em cada quatro pessoas em alguns locais, uma taxa que segue sendo muito alta.

A maioria dessas pessoas talvez não seja solitária por natureza, mas sente-se socialmente isolada, embora esteja rodeada de gente. O sentimento de solidão, no começo, faz com que a pessoa tente estabelecer relações com outras, mas, com o tempo, a solidão pode acabar em reclusão, porque parece uma alternativa melhor que a dor, a rejeição, a traição ou a vergonha. Quando a solidão se torna crônica, as pessoas tendem a se resignar. Podem ter família, amigos ou um grande círculo de seguidores nas redes sociais, mas não se sentem verdadeiramente em sintonia com ninguém.

Uma pessoa que se sente sozinha geralmente está mais angustiada, deprimida e hostil, e tem menos probabilidades de realizar atividades físicas. Como as pessoas solitárias tendem a ter mais relações negativas com os outros, o sentimento pode ser contagioso. Os testes biológicos realizados mostram que a solidão tem várias consequências físicas: elevam-se os níveis de cortisol – o hormônio do estresse –, a resistência à circulação de sangue aumenta e certos aspectos da imunidade diminuem. E os efeitos prejudiciais da solidão não terminam quando se apaga a luz: a



solidão é uma doença que não descansa, que aumenta a frequência dos pequenos despertares durante o sono, e faz com que a pessoa acorde esgotada.

O motivo é que, quando o cérebro entende o seu entorno social como algo hostil e pouco seguro, permanece constantemente em alerta. E as respostas do cérebro solitário podem funcionar para a sobrevivência imediata. Mas, na sociedade contemporânea, em longo prazo, cobra um preço da saúde. Quando nossos motores estão constantemente acelerados, deixamos nosso corpo exausto, reduzimos nossa proteção contra os vírus e inflamações e aumentamos o risco e a gravidade de infecções virais e de muitas outras doenças crônicas.

Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/06/ciencia/1459949778_182740.html> Acesso 07 jul. 2020)

Texto III

O isolamento social é a ferramenta mais importante contra a COVID-19, previne o avanço da doença e protege dos efeitos danosos do vírus. Porém, tanto a quarentena quanto o medo de uma enfermidade nova impactam diretamente na saúde mental das pessoas.

A população brasileira é considerada internacionalmente como muito calorosa. Abraços, beijos, toques são sinais de afeto e apreço comuns do brasileiro. Em tempos de pandemia e de isolamento social, esse distanciamento e essa mudança drástica do dia a dia podem causar sensações de depressão, ansiedade e, em casos mais graves como os de profissionais da saúde, o estresse pós-traumático.

Maria Tavares Cavalcanti, professora do Instituto de Psiquiatria, afirma que uma alteração radical de vida de maneira tão brusca não muda apenas o cotidiano individual e familiar, mas também é um abalo na organização da sociedade. “Nós nos damos conta de que o espaço da nossa casa, o espaço da nossa intimidade era de fato o espaço menos habitado por nós”, explica.

Segundo Cavalcanti, uma série de estudos realizados com isolamentos de contaminados ou suspeitos de outras doenças aponta que os dois grupos mais vulneráveis a efeitos na saúde mental são as pessoas com antecedentes de transtornos psicológicos e os profissionais da saúde.

O primeiro grupo pode sofrer com mais crises de ansiedade e momentos de depressão, mas, paradoxalmente, as pessoas que tinham como gatilho principal de suas crises fatores externos, como o trabalho ou o fato de sair de casa, podem ter alívio dos sintomas.

Já os profissionais de saúde, que são a linha de frente no combate ao vírus, lidam com o estresse, a pressão psicológica e os riscos da doença diariamente. E os efeitos psicológicos negativos, que podem persistir por meses após as experiências ruins, são, sobretudo, sintomas de estresse pós-traumático, ansiedade, raiva, medo, irritabilidade e comportamentos evitativos. “Nesses casos, a comunicação continua sendo essencial, bem como a garantia de proteção, a sensibilidade das chefias para a realização de escalas de trabalho mais justas e eficientes para todos os envolvidos, a garantia de suprimentos adequados, transporte, respeito à população.”

(Disponível em: <<https://ufrj.br/noticia/2020/03/25/coronavirus-saude-mental-em-tempos-de-isolamento>> Acesso em 07 jul. 2020)

Com base em um ou mais itens da coletânea e em seus conhecimentos, argumente sobre a questão abaixo.

A solidão no mundo contemporâneo

Proposta XXIX

Texto I

Vale a pena investir em prevenção para evitar o bullying

Quando uma pessoa se sente prejudicada pelo ato de outra, uma das formas de ser compensada é por uma indenização financeira, conseguida através do Poder Judiciário. Indenizar quer dizer reparar.

Têm certas coisas que dificilmente vão ser reparadas pelo dinheiro, principalmente quando dizem respeito à esfera moral.

Todo mundo já ouviu falar do bullying, que apesar de ser um fenômeno antigo e permear todos os tipos de relações sociais, parece algo moderno e que se restringe à relação entre alunos de uma escola.

Bullying é um termo usado para descrever a vitimização de uma pessoa por outra, com o intuito de demonstrar seu poder. Pode variar de ofensas verbais até atos físicos violentos.

A vítima geralmente tem características pessoais mais frágeis como, por exemplo, ser tímido ou apresentar algum aspecto físico marcante.

Em Belo Horizonte, um jovem foi condenado a pagar a uma antiga colega de classe o montante de R\$ 8 mil por ter, segundo dizem, praticado o bullying.

Há dois anos, colocou-lhe apelidos e fez insinuações maldosas. O juiz considerou que para tudo há um limite. Para os pais do rapaz, suas atitudes não passaram de brincadeira.

A garota também não interpretou assim e recorreu à escola, que disse ter tomado atitudes para mudar o comportamento do aluno, como transferi-lo de sala e repreendê-lo. Porém, as ofensas continuaram, sendo necessária a interferência da Justiça.

Um ato agressivo realmente não pode passar despercebido. Não acredito que a indenização vá cicatrizar a ferida de um ou transformar a conduta do outro. Apenas servirá para que o sofrimento da garota seja vingado e o comportamento do rapaz punido (a punição será para seus pais).

Mudança efetiva

Esse tipo de violência tem acontecido muito em ambiente escolar. Há versões modernas como o cyberbullying, que são agressões via internet ou celular. Reprimi-lo, como a escola e a Justiça tentaram fazer, terá pouca chance de provocar uma transformação. Na verdade, a repressão impede uma mudança efetiva.

Apesar desses atos serem frequentes, pouco espaço tem existido nas escolas para reflexão, havendo apenas ações repressivas quando eles vêm à tona. Ora, o ser humano tem um lado agressivo e negá-lo ou colocá-lo no fundo de um poço não impedirá sua manifestação. Pelo contrário, poderá dar-lhe forças.

As ações escolares para combater o bullying devem ser no sentido de preveni-lo, onde mais que seguir uma conduta, o aluno possa dar sentido à ela, considerando a si e ao outro parte do mundo. Quando algo é questionado e pensado, propicia a tomada de consciência de sua dimensão e importância. O outro poderá ser visto como alguém que também tem sentimentos.

Um trabalho nesse sentido deve fazer parte do dia a dia de uma escola e envolver a família dos alunos. Muito do que somos e como nos expressamos tem sua origem lá. É necessário que ambos ajudem os jovens a se construir como pessoas, não só no que aprendem, mas como agem.

Provavelmente a indenização não servirá de reparação para nada no caso do acontecimento mineiro. Porém, não deixa de ter a função de consolo para a vítima e sua família. Para outros possíveis casos, vale a pena investir na prevenção.

<http://g1.globo.com/educacao/noticia/opiniaovale-pena-investir-em-prevencao-para-evitar-o-bullying.html>

Texto II



<https://jmarchiote.jusbrasil.com.br/artigos/692430959/no-meu-tempo-nao-tinha-nada-disso>

Com base em um ou mais itens da coletânea e em seus conhecimentos, argumente sobre a questão abaixo.

Quais as consequências sociais do bullying, para além dos muros da escola?

Proposta XXX

O Rei dos Animais

Saiu o leão a fazer sua pesquisa estatística, para verificar se ainda era o Rei das Selvas. Os tempos tinham mudado muito, as condições do progresso alterado a psicologia e os métodos de combate das feras, as relações de respeito entre os animais já não eram as mesmas, de modo que seria bom indagar. Não que restasse ao Leão qualquer dúvida quanto à sua realeza. Mas assegurar-se é uma das constantes do espírito humano, e, por extensão, do espírito animal. Ouvir da boca dos outros a consagração do nosso valor, saber o sabido, quando ele nos é favorável, eis um prazer dos deuses. Assim o Leão encontrou o Macaco e perguntou: "Hei, você aí, macaco - quem é o rei dos animais?" O Macaco, surpreendido pelo rugir indagatório, deu um salto de pavor e, quando respondeu, já estava no mais alto galho da mais alta árvore da floresta: "Claro que é você, Leão, claro que é você!".

Satisfeito, o Leão continuou pela floresta e perguntou ao papagaio: "Currupaco, papagaio. Quem é, segundo seu conceito, o Senhor da Floresta, não é o Leão?" E como aos papagaios



não é dado o dom de improvisar, mas apenas o de repetir, lá repetiu o papagaio: "Currupaco... não é o Leão? Não é o Leão? Currupaco, não é o Leão?".

Cheio de si, prosseguiu o Leão pela floresta em busca de novas afirmações de sua personalidade. Encontrou a coruja e perguntou: "Coruja, não sou eu o maioral da mata?" "Sim, és tu", disse a coruja. Mas disse de sábia, não de crente. E lá se foi o Leão, mais firme no passo, mais alto de cabeça. Encontrou o tigre. "Tigre, - disse em voz de estentor - eu sou o rei da floresta. Certo?" O tigre rugiu, hesitou, tentou não responder, mas sentiu o barulho do olhar do Leão fixo em si, e disse, rugindo contrafeito: "Sim". E rugiu ainda mais mal humorado e já arrependido, quando o leão se afastou.

Três quilômetros adiante, numa grande clareira, o Leão encontrou o elefante. Perguntou: "Elefante, quem manda na floresta, quem é Rei, Imperador, Presidente da República, dono e senhor de árvores e de seres, dentro da mata?" O elefante pegou-o pela tromba, deu três voltas com ele pelo ar, atirou-o contra o tronco de uma árvore e desapareceu floresta adentro. O Leão caiu no chão, tonto e ensanguentado, levantou-se lambendo uma das patas, e murmurou: "Que diabo, só porque não sabia a resposta não era preciso ficar tão zangado".

MORAL: CADA UM TIRA DOS ACONTECIMENTOS A CONCLUSÃO QUE BEM ENTENDE.

FERNANDES, Millôr. "Fábulas Fabulosas", Rio de Janeiro, 1964, pág. 23.

Com base em um ou mais itens da coletânea e em seus conhecimentos, argumente sobre a questão abaixo.

Quais os limites da liberdade de expressão no Brasil hoje?

Proposta XXXI

TEXTO 1

O melhor controle parental ainda é a proximidade com seus filhos

A Internet é livre e aberta a qualquer pessoa para que ela possa postar e criar conteúdos que, às vezes, são inadequados para crianças e adolescentes. Com isso, entende-se a preocupação dos pais sobre o que é visto pelos filhos na web. É realmente importante estar atento aos conteúdos acessados por eles e com quem se comunicam na rede. Algumas vezes, os pais avaliam a possibilidade de instalar alguns programas que possam controlar o acesso de algo impróprio. Porém, estes serviços de monitoramento podem não ser a melhor medida de controle, uma vez que isso pode enfraquecer o laço de confiança que existe com os filhos.

Considerando esse aspecto, a orientação para boas escolhas na rede entra como prioridade em relação ao uso de tecnologias que restringem acesso na web, mesmo que esses sistemas também sejam adotados. Construir uma relação de diálogo, onde se possa conversar abertamente sobre diferentes temas, em especial aos que se referem à sexualidade e à privacidade é essencial.

O mais recomendado é que a criança ou o adolescente possa ser escutado sobre a exposição que ela/ele faz de si na rede, que tipo de contatos realiza, com quem conversa, que conteúdos acessa e que sentimentos demonstra nessa relação com a vida virtual. É preciso ter habilidade para falar sobre assuntos que envolvem sentimentos de vergonha ou talvez coisas

que, para eles, ainda estejam confusas. Construir um vínculo de confiança é a chave para proteger os filhos de alguns perigos, existentes também nos ambientes digitais.

(Disponível em: <<https://new.safernet.org.br/content/media%C3%A7%C3%A3o-parental>> Acesso em 22 abr. 2020)

TEXTO 2

Adolescentes sofrem bullying na internet e escondem dos pais

Enquanto 21% dos jovens entrevistados contam tudo o que acessam na internet para os pais, cerca de 42% mantêm alguma privacidade e outros 12% não contam nada

Muito do que é feito na internet pelos adolescentes brasileiros é escondido dos pais, que imaginam ter o controle das ações dos filhos. Essa foi uma das conclusões de uma pesquisa feita pelo Portal Educacional, divulgada nesta quinta-feira.

Enquanto 21% dos jovens entrevistados contam tudo o que acessam na internet para os pais, cerca de 42% mantêm alguma privacidade e outros 12% não contam nada. Enquanto isso, apenas 28% dos pais dizem que não controlam os conteúdos acessados pelos filhos e outros 72% acreditam controlar esse conteúdo de forma total ou parcial.

A pesquisa "Este Jovem Brasileiro" é feita anualmente e conta com a participação de jovens estudantes, pais dos alunos e professores. Neste ano, o projeto contou com mais de 4 mil estudantes - 95% deles com idade entre 13 e 16 anos -, mais de 300 pais e cerca de 60 profissionais da educação. O estudo foi feito em 36 escolas particulares de 14 Estados do País.

A pesquisa mostrou também que mais de 90% dos jovens começaram a acessar as redes sociais com 12 anos ou menos, e 86% admitem já ter mentido a idade para acessar conteúdo proibido para menores de 18 anos. Quase 95% acessam a internet todos ou quase todos os dias.

Além disso, 22% dos jovens já ficaram, 11% já namoraram e 5% já tiveram relações sexuais com pessoas que conheceram na rede. Embora a maioria dos pais seja contra esse tipo de comportamento, apenas 1% sabe que os filhos tiveram relacionamentos que começaram online.

(Trecho disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/adolescentes-sofrem-bullying-na-internet-e-escondem-dos-pais,0dec131bb29f7410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>> Acesso em 22 abr. 2020)

TEXTO 3

Os pensamentos me chegam de forma inesperada, sob a forma de aforismos. Fico feliz porque sei que Lichtenberg, William Blake e Nietzsche frequentemente eram também atacados por eles. Digo "atacados" porque eles surgem repentinamente, sem preparo, com a força de um raio. Aforismos são visões: fazem ver, sem explicar. Pois ontem, de repente, esse aforismo me atacou: "Há escolas que são gaiolas. Há escolas que são asas".

Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o voo.

Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são os pássaros em voo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado.

(Trecho de Gaiolas e asas, de Rubem Alves. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0512200109.htm>> Acesso em 22 abr. 2020)

Com base em um ou mais itens da coletânea e em seus conhecimentos, argumente sobre a questão abaixo.

Controle e liberdade na educação e na relação entre pais e filhos

Proposta XXXII

TEXTO I

Admirável bairro novo

Ninguém quer morar em lugar feio ou longe daquilo que lhe é mais prático. Melhorias são sempre bem-vindas, mas repare que, quando os benefícios chegam, até o preço do pãozinho fica diferenciado. E aí a supervalorização bate na porta de casa avisando que o aluguel será reajustado. Quem ali já estava muitas vezes não consegue mais sustentar esse padrão de vida que foi imposto. Ironicamente, acaba tendo que se mudar para outra região, possivelmente com mais carências. Quer dizer, as melhorias foram para quem?

Esse processo, chamado de gentrificação, ultrapassa a prática positiva da revitalização. Disfarçado de desenvolvimento e muitas vezes confundido com progresso, funciona como uma espécie de filtragem social por meio das leis de mercado. Pode afetar todo mundo: você, o vizinho, o dono do mercadinho e até o empresário bem-sucedido, mas, se há um alvo certo, são as classes de renda mais baixa. É o que faz com que os reparos realizados naquele bairro não sejam destinados aos que ali habitam e sim àqueles que ainda virão.

Apontar um culpado por esse processo não é tão simples. Pode ser a revitalização de uma praça, um novo comércio ou espaço artístico, um prédio recém-construído, um serviço público disponibilizado. A discussão persiste há décadas no mundo inteiro, mas ganhou novo fôlego por aqui depois que o país passou a sediar grandes festivais de música, uma Copa do Mundo e se prepara para as Olimpíadas de 2016. Segundo dados da rede de pesquisas Observatório das Metrôpoles, coordenado pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), estima-se que mais de 200 mil pessoas tenham sido removidas ou estejam ameaçadas de remoção por causa dos projetos esportivos e da consequente supervalorização das áreas destinadas a esses megaeventos.

Foi por isso que, no início do ano passado, a revista "The New Yorker" chamou a Arena Corinthians, em São Paulo, de "monumento à gentrificação", argumentando que a imponência do estádio contrasta com "a arruinada Zona Leste" e poderia aumentar o abismo da desigualdade social, guiada pela especulação imobiliária. De fato, nos últimos seis anos o aluguel de três dormitórios na região subiu 139,8%, de acordo com a Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados), vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo.

TEXTO II

Criação do “Espaço Favela” no Rock in Rio causa polêmica. Não sem motivos.

Réplica de comunidades cariocas dentro do festival tem boas intenções, mas é questionável

por Soraia Alves

O Rock in Rio anunciou no último dia 25/04, um novo espaço na edição do festival em 2019: o “Espaço Favela”. Projetado para ter uma cenografia grandiosa, lúdica e bem colorida, o ambiente promete retratar a pluralidade cultural das comunidades do Rio de Janeiro, com objetivo de amplificar o olhar do público sobre as favelas e “reforçar a esperança a partir da movimentação da economia criativa”.

(...)

Quando falamos de um evento como o Rock in Rio, por mais que os números sejam de milhares de pessoas passando por ele todos os dias, ainda falamos de um evento elitizado, no qual os preços dos ingressos não fazem dele acessível para grande parte da população, principalmente para quem mora nas comunidades cariocas – em 2017, os ingressos começaram a ser vendidos por R\$ 455,00 (inteira) e R\$ 227,50 (meia).

Criar um espaço que representa a realidade de uma população como atração para que outras pessoas, cuja realidade social é bem diferente, possam apreciar e se divertir, torna a vida de muitos simples entretenimento para poucos.

Além disso, embora a intenção seja mostrar que a cultura típica de um ambiente pode ser vista com olhares mais amplos e estendida a todos, ao delimitar que essa cultura só entra no festival depois de criar um espaço especial para ela, a sensação de “permissão” é inevitável.

Para estar no Rock in Rio, um artista da comunidade “precisa” ser visto exatamente assim: como artista da favela, dentro de um espaço que recria seu ambiente de origem. A divisão ainda é clara.

(Disponível em: <<https://www.b9.com.br/90169/criacao-do-espaco-favela-no-rock-in-rio-causa-polemica-nao-sem-motivos/>> Acesso em 26 mai. 2020)

TEXTO III

Já na descida e não sabe descer dançando
Sabe subir na vida e não sabe subir sambando
Chega saudade
Saudade sai bagunçando
E quando sai da cidade
Xô falar, Salvador

Já na descida e não sabe descer dançando
Sabe subir na vida e não sabe subir sambando
Chega saudade
Saudade sai bagunçando



E quando sai da cidade
Xô falar pra você

Divi-divi-divi-dividir Salvador
Diz em que cidade que você se encaixa
Cidade Alta
Cidade Baixa
Diz em que cidade que você
Divi-divi-divi-dividir Salvador
Diz em que cidade que você se encaixa
Cidade Alta
Cidade Baixa
Diz em que cidade você

Todo dia acorda cedo pro trabalho
Bota seu cordão de alho
E segue firme pra batalha
Olho por olho
Dente por dente
Espalha
Lei da Babilônia é diferente

(Duas Cidades, Baiana System)

Com base em um ou mais itens da coletânea e em seus conhecimentos, argumente sobre a questão abaixo.

De quem é a cidade? – Ocupação dos espaços públicos no Brasil

Proposta XXXIII

Texto I

Manifestantes derrubaram e lançaram no rio Avon uma estátua de Edward Colston (1636-1721) na cidade britânica de Bristol, no domingo (7), enquanto em pelo menos sete cidades belgas bustos dorei Leopoldo 2º (1835-1909) têm aparecido pichados e amordaçados.

Os ataques aos monumentos do Reino Unido e da Bélgica são parte do repúdio ao racismo. Colston e Leopoldo 2º foram escravocratas violentos, cujos atos não encontram respaldo nas sociedades contemporâneas. Entretanto, ambos deram contribuições significativas para suas respectivas sociedades, o que alimenta um debate acalorado sobre as homenagens prestadas hoje a essas figuras históricas.

A controvérsia em torno da manutenção ou da retirada dos monumentos erigidos em memória dessas figuras históricas não é novo, embora o atual movimento antirracista tenha assumido nos últimos dias uma posição mais assertiva, como nos casos do Reino Unido e da Bélgica.

Há anos, governos vêm instalando placas com informações que contêm o conjunto das informações históricas a respeito da biografia do homenageado, realçando não apenas seus feitos positivos, mas também os crimes cometidos por eles.

O argumento é de que a história não pode ser editada, e as gerações atuais deve aprender com os acontecimentos do passado. Além disso, muitas dessas obras têm um valor artístico intrínseco, além da simbologia em si.

O movimento antirracista atual não considera a iniciativa suficiente, e advoga pela simples derrubada desses marcos. A comparação mais recorrente é com o fato de a Alemanha não ter nenhum busto de Hitler, embora ele tenha governado o país por mais de dez anos.

Nos EUA, existe debate semelhante a respeito da manutenção ou da derrubada de bustos de figuras associadas ao escravagismo e aos Estados Confederados, do tempo da Guerra Civil Americana (1801- 1865). Os estados da Virgínia e do Alabama, por exemplo, tiveram monumentos desse período atacados na onda de manifestações pela morte de Floyd.

Também no Brasil o debate existe. Em setembro de 2016, por exemplo, o Monumento às Bandeiras, cartão-postal da cidade, na frente do parque do Ibirapuera, amanheceu pintado com tintas coloridas. O mesmo ocorreu com a estátua do bandeirante Borba Gato, no bairro de Santo Amaro. Os gestos foram feitos em protesto contra a escravidão de negros e indígenas no país.

Adaptado de João Paulo Charleaux, Os ataques a monumentos de figuras ligadas à escravidão. 08 de jun de 2020. Nexo Jornal. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/06/08/Os-ataques-a-monumentos-de-figuras-ligadas-a-escravidao>> Acesso em 29 jun. 2020

Texto II

Eis o que nos diferencia do computador: não escrevemos sobre uma memória armazenada apenas. O novo conhecimento construído dia a dia pelo homem é o tecido da memória em ação, ou seja, da invenção que se junta ao que houve de fato historicamente.

Imaginar o que poderia ter sido ou o que pode vir a ser é, aliás, um dos atributos da ficção que se estende para as áreas até pouco tempo consideradas objetivas: os estudos da nova antropologia e da história são unânimes em afirmar que até mesmo a documentação mais devedora de uma “verdade histórica” está crivada pela subjetividade do pesquisador. É por isso que em “Excurso: alternância e biografia (ou: como adquirir um passado pré-fabricado)”, os autores Thomas Luckmann e Peter Berger mostram que “o passado é maleável e flexível, modificando-se constantemente à medida que nossa memória reinterpreta e reexplica o que aconteceu”.

Desde o descobrimento da Pedra de Uruk*, saber escrever significa estar apto para manejar uma ferramenta de poder. Aquele que escreve fixa um fato, um mito ou tradição de acordo com graus de subjetividade sempre relativos. É por isso que Walter Benjamin dizia que a História foi escrita pelos vencedores, nunca pelos vencidos, e que seria necessário reescrever a nossa história captando as arestas que foram podadas, as coisas aparentemente insignificantes que foram deixadas para trás. Assim, no futuro, a memória de nosso tempo não será lida somente sob um prisma.

Memória e cultura, portanto, são construídas *ad infinitum*, mutuamente, por meio de processos complexos de luta de memorização e de esquecimento, de registro e de recuperação, de grafias e decifrações de linguagens. Uma coisa, porém, é certa. Nosso passado

seria infinitamente mais pobre e, por consequência, também o seriam os homens de hoje, se não tivéssemos inventado um modo de fixar a cultura de cada época. Confiar apenas na memória pessoal é, hoje, uma tarefa impossível.

Disponível em: <http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/sesc/site/palavra/ensaio/ensaios_interna/registro+da+memoria> Acesso em 29 jun. 2020.

*Pedra de Uruk: considerado o primeiro documento escrito da história, descoberto na Mesopotâmia.

Texto III

PECADO ORIGINAL

Álvaro de Campos

Ah, quem escreverá a história do que poderia ter sido?
Será essa, se alguém a escrever,
A verdadeira história da humanidade.

O que há é só o mundo verdadeiro, não é nós, só o mundo;
O que não há somos nós, e a verdade está aí.
Sou quem falhei ser.
Somos todos quem nos supusemos.
A nossa realidade é o que não conseguimos nunca.

Que é daquela nossa verdade — o sonho à janela da infância?
Que é daquela nossa certeza — o propósito à mesa de depois?

Medito, a cabeça curvada contra as mãos sobrepostas
Sobre o parapeito alto da janela de sacada,
Sentado de lado numa cadeira, depois de jantar.

Que é da minha realidade, que só tenho a vida?
Que é de mim, que sou só quem existo?

Quantos Césares fui!

Na alma, e com alguma verdade;
Na imaginação, e com alguma justiça;
Na inteligência, e com alguma razão —
Meu Deus! Meu Deus! Meu Deus!
Quantos Césares fui!
Quantos Césares fui!
Quantos Césares fui!

Com base em um ou mais itens da coletânea e em seus conhecimentos, argumente sobre a questão abaixo.

A criação de símbolos e o modo como escrevemos a história



Considerações finais

Prof.^a Celina Gil



/professora.celina.gil



Professora Celina Gil



@professoracelinagil

